



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA
221ª SESSÃO
(SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA)

Em 31 de Outubro de 2018

(Quarta-Feira)

Às 13 horas

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 259 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior, a pedido do Deputado Aluisio Mendes.

EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Passa-se às

BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arnaldo Jardim. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

As duas menções que farei aqui são a dois textos que tive oportunidade de escrever e publicar nos jornais de São Paulo. Num deles faço o balanço do processo eleitoral, destaco aquelas que, no nosso entender, foram as questões mais relevantes e reafirmo o meu agradecimento ao povo de São Paulo que me permitiu ser eleito para mais um mandato parlamentar nesta Casa.

Avanço, no outro artigo, Sr. Presidente, em algumas considerações sobre o que há de urgente, no meu entender, tanto no Parlamento, no nosso Congresso Nacional, na nossa Câmara dos Deputados, quanto no Governo Federal. Entre tantas importantes questões, relevantes questões, eu não tenho dúvida de que a mais destacada deve ser a prioridade à questão econômica, a retomada de iniciativas que nos permitam enfrentar, particularmente, o desemprego. No que diz respeito à chagada dos 13 milhões de desempregados, nenhum de nós que tenha responsabilidade pública pode ficar tranquilo. Esta Casa, no meu entender, Sr. Presidente, ainda tem um papel relevante a cumprir. Nós podemos ainda discutir iniciativas que digam respeito à reforma da Previdência Social.

Acho que há outras iniciativas legislativas que são relevantes também. Quero, particularmente, destacar a importância estratégica de se retomar firmemente as iniciativas de parceria público-privada e as concessões, como instrumentos da retomada dos investimentos no nosso País.

É este, portanto, o teor dos dois artigos aos quais peço a V.Exa. Sr. Presidente, que dê ampla publicidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Deferido o pedido de V.Exa.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Deputado Carlos Manato, V.Exa. tem a palavra por 1 minuto.

O SR. CARLOS MANATO (PSL - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a presença aqui do futuro Deputado Estadual do Espírito Santo Marcos Garcia, do PV, morador da cidade de Linhares. Ele foi eleito por causa de uma proposta inovadora. Foi a primeira vez que disputou uma eleição. Ele vai fazer um grande trabalho.

Para mostrar a V.Exa. como ele é, informo que já veio a Brasília para buscar recursos para os Municípios de Linhares e São Mateus.

Um abraço, meu amigo Marquinhos. Eu o chamo assim pela liberdade que me deu. Obrigado pela presença. Sucesso no seu mandato de Deputado Estadual.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Ele é muito bem orientado pelo experiente Deputado Carlos Manato.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, amanhã a Câmara dos Deputados começa os últimos 2 meses de trabalho. Podemos trabalhar até o dia 17 de dezembro. Com certeza absoluta, serão semanas e dias de trabalho preciosos para o futuro do Brasil. O Presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro, precisa aproveitar este período para votar matérias de consenso, não matérias que dividem esta Casa e o País. A matéria de consenso discutida, que tem o apoio dos Deputados e dos Senadores, de empresários e de trabalhadores, de Prefeitos e de grande parte da sociedade, é a reforma tributária. O Presidente Jair Messias Bolsonaro e sua equipe econômica precisam atentar para o trabalho que estamos fazendo, que está pronto para ser votado ainda neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Vinicius Carvalho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PRB. S.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer menção ao evento de que participamos no dia 23 de outubro, data em comemoração ao Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira. Eu fui agraciado com a Medalha de Mérito Aeronáutico em grau de grande oficial.

Esta honraria foi muito significativa para mim, tendo em vista o trabalho que temos desenvolvido nesta Casa, ao longo desses dois mandatos, auxiliando no que é possível dentro do Congresso Nacional as Forças Armadas — Exército, Marinha e Aeronáutica —, especialmente neste caso, a Aeronáutica, no advento da construção do projeto da aeronave de carga KC-390, que, aliás, foi apresentado no dia do evento, 23 de outubro, passando a fazer parte, de fato, dos equipamentos da Aeronáutica.

Nós queremos, neste instante, parabenizar a assessoria parlamentar da Aeronáutica pelo trabalho desenvolvido, especificamente direcionado a este nosso pronunciamento, dada a importância do trabalho que tem sido feito no relacionamento com o Congresso Nacional. Isso tem trazido muitos benefícios, de modo que a Aeronáutica consiga recursos que são muito importantes para o desenvolvimento de projetos como a da construção do KC-390. Que ele possa continuar avançando e sendo desenvolvido!

Faço, portanto, o registro do brilhante trabalho que a assessoria parlamentar da Aeronáutica tem desenvolvido. Além do trabalho realizado pela Aeronáutica, também temos visto a intensa atuação das assessorias parlamentares do Exército e da Marinha, que têm desenvolvido trabalhos importantíssimos de articulação e relacionamento com o Congresso Nacional, para que continuemos apoiando as Forças Armadas, o que tem sido a égide de toda esta atuação, que é o trabalho da Defesa Nacional.

Nós parabenizamos todos os assessores parlamentares, os oficiais que atuam diretamente na Marinha, no Exército e na Aeronáutica, bem como sua assessoria parlamentar aqui no Congresso Nacional.

Valho-me deste momento da Liderança do PRB para fazer menção especialmente ao evento do dia 23 de outubro, quando recebemos o título e a Medalha de Mérito Aeronáutico como grau de grande oficial, que muito nos honra, como eu disse.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este nosso discurso seja objeto de divulgação por parte de todos os veículos de informação da Casa, em especial do programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - O pedido de V.Exa. será deferido, Deputado Vinicius Carvalho.

Concedo a palavra ao Deputado Floriano Pesaro. Em seguida, falará o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. FLORIANO PESARO (PSDB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer ao povo de São Paulo. Meu Estado de São Paulo me deu 49.309 votos, que eu considero muito conscientes, diante do trabalho realizado ao longo desses 4 anos e meio na Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado. Aproveito para cumprimentar o Prefeito Laerte, de Nova Luzitânia, um grande Prefeito no nosso Estado — ele nos visita nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Concedo a palavra ao Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (Bloco/PODE - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar a honra para parabenizar o Prefeito de Bacabal, Edvan Brandão, reeleito no último dia 28, a despeito de toda a ação do Governador Flávio Dino, que usou a polícia do Estado como polícia de Governo e não de Estado, para coagir os eleitores de Bacabal. O Município, de maneira livre, soberana e independente, reelegeu o Prefeito Edvan Brandão, o que muito nos orgulha, porque mostra que a vontade do povo se sobrepõe à força do Estado.

Quero parabenizar o Prefeito Edvan Brandão, o Vereador Manoel, de Concórdia, e todo o grupo do Prefeito pela brilhante vitória e me coloco à disposição da população de Bacabal para, com o Prefeito Edvan Brandão e sua equipe, continuar trabalhando pelo Município. Aproveito para agradecer ao povo de Bacabal a expressiva votação que obtive no último pleito eleitoral. Bacabal irá contar com o Deputado Aluisio Mendes para esta nova gestão que se inicia no dia 28 e que irá, com certeza, marcar a história da cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Como se diz em latim, *vox populi, vox Dei*, ou seja, a voz do povo é a voz de Deus.

O SR. ALUISIO MENDES (Bloco/PODE - MA) - É verdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Concedo a palavra à Deputada Raquel Muniz.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (PSD - MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Delegado Edson Moreira, estou ao lado da nossa Prefeita Valquíria, de Varzelândia, que vem a esta Casa para definirmos as emendas de 2018. Já fomos à audiência no Ministério de Ciência e Tecnologia, com o Ministro do meu partido, Gilberto Kassab, a fim de acelerar o processo do Programa Internet para Todos para nossa querida Varzelândia e seus tantos distritos e comunidades que precisam desta ferramenta de comunicação. Fomos também aos Ministérios da Educação e da Saúde, por meio dos quais ajudamos o Município de Varzelândia.

Quero dizer à Prefeita Valquíria e a toda a população de Varzelândia, bem como ao norte e ao noroeste de Minas Gerais, que continuarei em Brasília trabalhando por toda a população, encaminhando as demandas aos Ministérios e recebendo-os no nosso escritório em Brasília. Continuarei atendendo como médica no norte de Minas, no Hospital de Patos de Minas, recebendo nossos amigos e pacientes.

Prefeita Valquíria, conte com Raquel Muniz. Juntas, nós somos mais fortes!

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - O pedido de V.Exa. será deferido, Deputada Raquel Muniz.

Tem a palavra o Deputado Marcon. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, quero registrar a presença do nosso Deputado Daniel, eleito pelo Rio Grande Sul. Obrigado pela sua presença.

Sras. e Srs. Deputados, quero registrar minha grande preocupação com a eleição de Bolsonaro. A preocupação dele é retirar, com a reforma da Previdência, o direito do nosso povo de se aposentar. Bolsonaro acha que a proposta de reforma da Previdência que está na Câmara é muito tímida. Ele quer uma proposta ainda mais selvagem contra os trabalhadores: quer implementar aqui a previdência que há no Chile, a previdência privada.

O povo brasileiro precisa se mobilizar e dizer não à reforma da Previdência, que é a reforma da previdência privada.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO MARCON.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Está deferido, Deputado Marcon.

Tem a palavra o Deputado Eron Bezerra. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. ERON BEZERRA (PCdoB - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a partir do dia 1º de janeiro, todos os problemas do Brasil estarão resolvidos. Pelo menos, é isso que anuncia a nova equipe do Governo recém-eleito.

Lamentavelmente, a expectativa que o povo deseja de fato, ou seja, ter resolvidos todos os seus problemas, como o desemprego, a insegurança, etc., infelizmente não condiz com as medidas que o Governo anuncia. As três primeiras medidas anunciadas pelo Governo não só não resolvem, mas também aprofundam a pauta selvagem que está posta no Brasil: a reforma da Previdência.

A primeira pauta que eles levantam é acabar com a aposentadoria dos mais humildes. A segunda é privatizar, entregar para o capital estrangeiro o resto do que não conseguiram ainda privatizar, inclusive os setores estratégicos da nossa economia. Assim como foi feito no passado, agora eles retomam essa pauta selvagem. A terceira medida, que talvez seja a mais grave, é o agravamento ainda maior em relação aos investimentos públicos do Estado. Como é que se vai resolver o problema da saúde, da insegurança, da geração de empregos, se o poder público está gastando cada vez menos? Como funciona essa lógica? De que maneira essa equação vai ser fechada? Se se quer incentivar o trabalho, gerar postos de trabalho, incentivando a economia, como é que se resolve esta situação cortando-se os investimentos públicos?

Como resolver o problema do tecido social, já esgarçado, aumentando-se o tempo de contribuição para as pessoas mais simples? De que maneira se resolve este problema pendente, aumentando-se cada vez mais a responsabilidade e o peso no ombro daqueles que já não podem mais suportar a tamanha carga que pagam?

É exatamente por essas razões que eu comecei meu discurso fazendo uma ironia. A partir do dia 1º de janeiro, lamentavelmente nós não teremos todos os problemas resolvidos. Nós teremos todos os problemas do Brasil agravados, se esta política se mantiver, inclusive com a irracionalidade de colocar sob o mesmo Ministério a produção e a preservação ambiental. São duas pautas antagônicas.

Eu, por acaso, Sr. Presidente, sou engenheiro agrônomo, com doutorado em sustentabilidade, e sei, por experiência profissional, que isso é uma anomalia. Quem produz, *grosso modo*, não quer ter controle ambiental e quem faz controle ambiental, a rigor, não quer produção. São duas pautas antagônicas. Falo isso não de maneira política, mas como profissional da área. Conheço o assunto tecnicamente, politicamente e doutrinariamente.

Portanto, eu lamento mais essa atitude, assim como esta outra aberração de criar um Ministério que vai misturar Planejamento, Fazenda, Arrecadação e Indústria. Isso, honestamente, não vai nos levar a lugar algum.

Lamentavelmente, esta é a pauta que está posta, e esta Casa tem o dever, a obrigação de corrigir isso, para que não vejamos cada vez mais dilapidado este gigantesco País chamado Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, como fazer o Brasil voltar a ter uma era de prosperidade, de crescimento, de pleno emprego, melhorando os salários e aumentando a renda nacional? No meu modesto entendimento, como estudioso da matéria econômica brasileira há mais de 45 anos, trabalhando a questão do desenvolvimento sustentado municipal, estadual, federal, da indústria, do comércio, da agricultura, dos serviços, da ciência e da pesquisa, áreas a que tenho me dedicado todos esses anos, sem

dúvida alguma, o papel do Estado é relevante porque o Estado brasileiro — quando falo Estado, refiro-me à União, aos Estados e aos Municípios — ocupa, no Brasil, 33% a 35% do PIB, e o Governo ocupa mais ainda, porque é dono de estatais e de bancos, como o Banco do Brasil, o BNDES, a Caixa Econômica Federal e a maior empresa do País, a PETROBRAS. O Governo ocupa mais de 50% do PIB nacional, juntando sua receita e a de suas empresas.

Eu vejo de forma bem clara, primeiro, o tamanho do Estado e a qualidade do gasto. Isso é uma questão de política fiscal que se resolve com meritocracia, avaliação de desempenho, não fazendo trabalhos paralelos entre União, Estados e Municípios, fazendo trabalhos coordenados, usando o máximo de tecnologia, simplificando e desburocratizando totalmente as estruturas do Estado brasileiro, principalmente a área de prestação de serviços.

Mas entendo que o mais importante para que a sociedade possa crescer e prosperar é dar as condições para que ela possa abrir uma empresa de forma simples, trabalhar, progredir, comprar, vender, defender o seu patrimônio. Para tanto, é preciso ter uma estrutura tributária adequada, e o Brasil não tem.

Dentre todos os problemas que o Brasil tem, o que impede o crescimento sustentado é a ineficiência, a incongruência, a inconsistência do sistema tributário brasileiro. Se o sistema tributário for consertado nos moldes da nossa proposta, que vai harmonizá-lo com os países da União Europeia, da OCDE — e mais, vai ser mais tecnológico —, ele será muito melhor do que o deles, porque nós aprofundamos os estudos em cima dos erros que cometemos ao longo dos últimos 50 anos de ineficiência desse sistema.

O Brasil já chegou a crescer, durante 50 anos seguidos, de 1930 a 1980, 6,3% ao ano. Infelizmente, Sr. Presidente, de 1981 até 2018, a média de crescimento do Brasil foi 2,27%. Perdemos quatro pontos percentuais ao ano que poderiam nos dar hoje um PIB 150% maior do que o nosso PIB de 6,6 trilhões de reais. Imaginem, o Brasil com um PIB 150% maior do que hoje, em torno de 15, 16 trilhões de reais, haveria consequentemente pelo menos mais do que o dobro de salários que temos hoje, haveria pleno emprego na economia brasileira.

Portanto, estou propondo ao atual Governo de Michel Temer e ao futuro Presidente — que assumirá em janeiro — Jair Bolsonaro que vejam o estudo que está aqui, um acervo de mais de 30 anos. Esse é o entendimento desta Casa, do Senado e da sociedade. Eu não tenho dúvidas de que aproveitar esse trabalho que fizemos irá fazer o Brasil voltar a crescer a partir do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL, por 3 minutos.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Delegado Edson Moreira, Deputadas e Deputados, todos que acompanham esta sessão, o melhor projeto de lei é aquele que é mais debatido e que provoca o envolvimento da sociedade.

Está em tramitação aqui na Câmara um projeto apelidado de Escola Sem Partido. Daqui a pouco inclusive vai ocorrer uma sessão da Comissão que o analisa. O nome é sedutor, porque obviamente ninguém defende uma escola partidária, uma escola exclusivista, uma escola de pensamento único. Nós estamos falando sobretudo da escola pública, que educa, que forma gerações e que é fundamental para o País.

Esse projeto está sendo objeto de uma consulta pública no *site* da Câmara. Seria muito importante que todos os interessados, em especial aqueles que fazem a educação no Brasil, que são os profissionais da educação, categoria da qual eu tenho o orgulho de pertencer, opinassem sobre ele.

Nós entendemos que é fundamental para o País uma escola de pensamento crítico, uma escola livre, a liberdade de cátedra, a autonomia do magistério, a elaboração de currículos com a participação da comunidade, a pluralidade; o acervo maravilhoso que o Brasil tem de pedagogos e pedagogas, como os da Escola Nova: Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roquette Pinto, que, inclusive, trabalhou muito com a ideia de educação radiofônica, o serviço educativo que os meios de comunicação podem fazer, e o grande, grandíssimo, louvável, fantástico Paulo Freire, que é reconhecido, no mundo inteiro, como um dos melhores educadores do País — e em todo esse acervo, em todo esse histórico, incluo também Darci Ribeiro e as milhares de professoras anônimas deste País que tecem, no dia a dia, a educação emancipatória da cidadania —, estão hoje ameaçados pelo obscurantismo, pelo atraso, pelo projeto da mordada, do apequenamento da função da educação. Isso merece repúdio de toda a sociedade brasileira, merece a revalorização das excelências da educação que nunca são aquinhoadas com os recursos necessários, sobretudo a atividade-fim, que é a atividade da sala de aula, a atividade artesanal, maravilhosa, criativa, sem a qual nenhum país consegue um desenvolvimento democrático adequado.

Quero, por fim, Sr. Presidente, deixar nos Anais da Câmara uma análise que eu e minha equipe de mandato — porque ninguém trabalha sem equipe, e a ela quero sempre louvar e agradecer — produzimos sobre a realidade do Presidente eleito Jair Bolsonaro em relação ao País.

Vemos com muita preocupação o nosso futuro, o futuro da própria República, que terá um viés, ao que tudo indica, militarista, autoritário, repressivo e uma ideia de privatismo máximo, absoluto, total. A fusão de ministérios dá superpoderes a um economista, o Paulo Guedes, que já disse, inclusive, que a indústria vive de pires na mão e que tem de acabar com isso. E a fusão do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura, sob a hegemonia do agronegócio, é algo completamente em desacordo com as linhas do mundo e do cuidado ambiental no planeta.

Portanto, atrasos e retrocessos à vista.

Fica o registro.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Perfeitamente.

V.Exa., Deputado Chico Alencar, o Deputado Luiz Carlos Hauly e outros farão muita falta a este Parlamento. V.Exas. são Deputados combativos e que realmente participam de todas as discussões das legislações que aqui são votadas e posteriormente promulgadas pelo Presidente da República. Muito obrigado pela sua participação.

Deputada Geovania de Sá, V.Exa. tem 3 minutos.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ (PSDB - SC. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Boa tarde aos nobres colegas Deputados e Deputadas e também a todos os que estão nos acompanhando através dos canais de comunicação desta Casa.

Passado o segundo turno das eleições, Sr. Presidente, registro o meu respeito e os meus parabéns aos novos governantes eleitos democraticamente para conduzir os destinos do Estado de Santa Catarina, o Comandante Moisés, e os destinos do País, o nosso colega Deputado Jair Messias Bolsonaro, eleito Presidente da República.

Ambos têm importantes missões. Além de responderem à grande expectativa sobre devolverem Santa Catarina e o Brasil aos trilhos do desenvolvimento, terão que unir os brasileiros. E talvez seja essa a prioridade.

Este tempo difícil, de opiniões divergentes, combatidas com intolerância e desrespeito, precisa chegar ao fim. A partir de agora, os brasileiros precisam estar unidos, trabalhando juntos: acompanhando, fiscalizando e opinando.

Somente com os cidadãos em sintonia com nossos líderes focados na promoção da justiça social e comprometidos com o futuro da Nação vamos restaurar o ambiente de paz necessário para a retomada do crescimento que tanto almejamos.

Quero parabenizar também, Sr. Presidente, meu colega Edson; o meu amigo partidário Azambuja, eleito por Mato Grosso do Sul; meu colega Eduardo Leite, eleito pelo Rio do Grande do Sul, Estado vizinho ao de Santa Catarina; e o nosso querido Governador Doria, eleito no coração do Brasil. Que possam fazer grandes gestões, como o PSDB sabe muito bem fazer!

Que Deus continue abençoando os nossos governantes, para que administrem a nossa terra com sabedoria e muito amor ao próximo!

Eles podem contar comigo no Congresso Nacional e, creio, com V.Exas. também, com todos nós que fomos reeleitos e com os novos que aqui chegarão, porque somos todos de um só partido: o Brasil.

Que Deus abençoe a Nação brasileira!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Tem a palavra o Deputado Floriano Pesaro, por 3 minutos.

O SR. FLORIANO PESARO (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, venho me manifestar neste importante momento, em que a segurança pública está em pauta, para lembrar que, em 2012, foi sancionada a Lei nº 12.594, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo — SINASE, com a missão de qualificar o atendimento ao adolescente em medidas socioeducativas.

Esse sistema é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios — de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo — para mudar para melhor o atendimento destinado ao adolescente autor de ato infracional. Não podemos esquecer que a medida socioeducativa tem caráter pedagógico, por meio de um dos valores sociais mais importantes, a responsabilidade pelo ato cometido.

Para nós, o SINASE é uma dessas possibilidades legais para que o adolescente em conflito com a lei torne-se um sujeito de direito efetivamente. A Lei do SINASE reafirmou o caráter pedagógico das medidas socioeducativas e trouxe diversos avanços à política pública de atendimento aos adolescentes, com o objetivo de garantir melhores condições e oportunidades reais de educação, profissionalização e apoio psicossocial aos jovens e suas famílias.

Entretanto, apesar das previsões legais, as unidades socioeducativas ainda possuem muitos desafios, e poucas são as que atendem plenamente às determinações da lei.

Enquanto sistema integrado para o desenvolvimento desses programas de atendimento, o SINASE articula os três níveis de governo, levando em conta a intersetorialidade e a corresponsabilidade da família, da comunidade e do Estado.

São conhecidos os desafios de se construir uma política pública integrada, com características específicas, envolvendo instituições do sistema de Justiça, Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais e, principalmente, a formulação de uma agenda de articulação entre as políticas setoriais, como assistência social, saúde, educação, trabalho, que são objetivos dos planos decenais de cada esfera federativa, cuja construção também foi um grande desafio.

Outras questões de suma importância, como a avaliação do sistema, o sistema nacional de informação — são exigências legais do SINASE —, ainda não foram cumpridas. Os planos decenais desenhados também não têm dado conta de demandas fundamentais, como garantir o direito à vida e a dignidade dos adolescentes dentro do sistema, enfrentar os problemas de superlotação e infraestrutura do atendimento socioeducativo e mitigar a fragilidade das relações intersetoriais.

Sr. Presidente, a grande questão que perpassa as demais, porém, está ligada à garantia de investimento para o funcionamento do sistema. É necessário priorizar o investimento de recursos orçamentários para garantir a total implementação do SINASE. Um dos mais relevantes desafios das políticas públicas para crianças e adolescentes tem sido a manutenção dos serviços públicos de forma a atenderem aos padrões de qualidade estabelecidos em lei, posterior à construção dos equipamentos.

Assim, é forçoso concluir que, em relação ao adolescente que se envolve na prática de ato infracional, a lei não falhou. A lei precisa, sim, ser totalmente implementada. Esse é o grande desafio. É o desrespeito à lei que precisa ser combatido, no lugar de perseguir a alteração dessa mesma lei que, constituída numa ampla reflexão social, reflete um pensamento democrático, moderno, participativo e de respeito aos direitos da pessoa em desenvolvimento.

Por tudo isso, o Estado Brasileiro necessita implantar já o SINASE, pois ainda há muito a ser feito para melhorar a condição a que estão submetidos os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Esse é o caminho para redirecionarmos socialmente tantos adolescentes e aumentarmos a segurança dos cidadãos.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este manifesto, este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Defiro o seu pedido.

Tem a palavra o Deputado Tenente Gonzaga — na realidade, é tenente, o "Subtenente" é apelido.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Sem revisão do orador.) - Eu não tenho conflito com tenente nem com subtenente. Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, trago uma preocupação. O Presidente Temer, antes ainda do primeiro turno, anunciou a sua disposição de suspender a intervenção no Rio de Janeiro para se votar a reforma da Previdência. Eu quero dizer que, desde o anúncio do Presidente Temer, há uma inquietação generalizada nos quartéis, por conta da reforma da Previdência. Isso ocorre não só nos quartéis, que são simbólicos para nós militares, mas também nas delegacias. Essa inquietação alcança os policiais civis, os policiais federais, o conjunto dos trabalhadores.

Nós vamos continuar resistindo, porque a crise econômica não pode ser jogada nas costas dos servidores, muito menos nas dos militares, neste momento.

Há uma crise, e a única solução não pode ser, em hipótese alguma, e não será, a retirada de direitos, a retirada do instrumento que dá dignidade a esses servidores quando de sua aposentadoria. Portanto, nós vamos insistir aqui na premissa do papel intransferível dos militares, seja dos militares federais, seja dos militares estaduais, das polícias estaduais, das polícias federais, que é o papel intransferível do Estado.

O Estado não delegou à iniciativa privada a função da segurança pública, não delegou à iniciativa privada a função da defesa nacional. Portanto, essas carreiras de Estado são imprescindíveis para a governabilidade.

Por isso, nós vamos resistir. Vamos continuar resistindo aqui para que se reconheça, seja o Governo Federal, seja esta Casa, a Câmara dos Deputados, seja o Congresso Nacional, o papel, a importância desses servidores e desses militares. Não vamos admitir que se alterem os direitos previdenciários conquistados, inclusive com sangue, nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Resende, por 3 minutos.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desta tribuna quero parabenizar o Governador Reinaldo Azambuja, reeleito nesse segundo turno no meu Estado de Mato Grosso do Sul. Em uma eleição nacionalmente polarizada, Reinaldo Azambuja conseguiu realizar uma campanha séria e extremamente propositiva e comunicar ao eleitor sul-mato-grossense que, mesmo vivenciando a maior crise econômica da história do País, conseguiu cumprir quase 80% dos compromissos firmados na campanha anterior e equilibrar as contas do Estado.

Em sua campanha, Reinaldo Azambuja também apontou para um futuro de desenvolvimento para Mato Grosso do Sul ao se comprometer com a melhoria da qualidade da educação com mais escolas de tempo integral, modernização da gestão da segurança, ampliação do apoio tecnológico ao setor produtivo, recuperação da logística de transporte por trilhos, profissionalização da gestão integrada do turismo, além da regionalização da saúde, tema sobre o qual farei um destaque especial.

Apoiei nosso Governador desde o primeiro momento e o fiz porque sabia que o momento não era para experimentações. Conheço o Governador, sei de seu preparo, de sua experiência e de sua seriedade ao administrar a coisa pública. Reinaldo Azambuja foi Prefeito por duas vezes, Deputado Estadual, Deputado Federal, além de ter sido Governador durante esses 3 anos e 10 meses no meu Estado.

Acompanhei de perto a gestão de Reinaldo Azambuja e vi nele o empenho em ser justo não só com a população da Capital do Estado, mas principalmente com a do interior, onde 70% da nossa população mora. Reinaldo transformou Mato Grosso do Sul no terceiro Estado mais seguro do País. O Governador reeleito investiu mais de 120 milhões de reais em segurança pública. Os professores de Mato Grosso do Sul são os mais bem remunerados no Brasil.

Não houve sequer um Município de Mato Grosso do Sul que não tenha recebido obras estruturantes, fruto dos investimentos do Governo do Estado. Nos últimos 3 anos, o Estado recebeu o maior volume de recursos de sua história destinado ao saneamento básico. Com esses investimentos, meu Estado se tornou o segundo em geração de empregos.

Porém, existe uma ação que a mim é especialmente cara. Por ser médico e já ter sido Secretário de Saúde do Estado, compreendo que temos de realizar todos os esforços para aproximar o atendimento em saúde pública das famílias que moram nas pequenas cidades. Como Deputado participo, por meio da alocação de recursos federais e estaduais, da estruturação da regionalização da saúde pública no Estado. Durante meus mandatos nesta Casa, conseguimos construir, reformar e ampliar centenas de unidades de saúde, além de construir hospitais importantes.

Eu acho que a nossa missão enquanto Deputado e enquanto também colaborador do Governador será fazer com que a saúde chegue mais perto de todo cidadão de Mato Grosso do Sul. É nossa missão, portanto, atuar para que as obras do Hospital Regional de Dourados, iniciadas recentemente, possam ser concluídas.

Também serão construídos um centro de especialidade médica e um centro de diagnóstico em Dourados para atender todos os 34 Municípios da região e o Hospital Regional de Três Lagoas, cuja obra já tem quase 70% de andamento. Isso faz com que possamos de fato sonhar com uma melhor qualidade da saúde pública no Mato Grosso do Sul.

Temos o compromisso do Governador de terminar também o Hospital de Câncer de Campo Grande, fazendo com que toda a unidade esteja aparelhada e qualificada para que seja referência no tratamento de câncer em Mato Grosso do Sul.

Enquanto eu estiver aqui na Casa, ou mesmo como colaborador do Governador, haverei de fazer com que este próximo mandato seja muito melhor do que o que está se passando, para que Mato Grosso do Sul continue nesta rota do desenvolvimento.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero registrar que uma das coisas mais autoritárias que nós vivenciamos dias antes do segundo turno foi a ocupação policial das universidades brasileiras. Elas não apenas têm a autonomia que lhe é assegurada pela Constituição Federal, têm a obrigação de trabalhar temas sobre a democracia e o enfrentamento ao fascismo. Toda forma de ataque às universidades e aos institutos federais significa uma forma de calar a ciência, de calar as luzes, Deputada Luizianne Lins.

Nós temos a obrigação de denunciar e de reunir todas as pessoas que sejam pela democracia, pela liberdade e por direitos contra o autoritarismo, venha de onde vier, seja como for.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Tem a palavra a Deputada Luizianne Lins por 3 minutos.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me somar ao pronunciamento da Deputada Maria do Rosário e dizer que nós estamos vivendo tempos muito duros, muito difíceis e muito tristes para o Brasil. É impressionante como não vemos, até o povo que elegeu... Esta foi uma eleição supostamente democrática, mas trouxe traços que nós precisamos entender e compreender, inclusive o crime que foi feito por empresas de tecnologia, a começar pela empresa Analytica.

Para que todo mundo saiba como acontece, a empresa Analytica interferiu na eleição de Trump exatamente com os dados que as pessoas cedem, ou muitas vezes não cedem. Ela comprou 300 mil perfis do Facebook e, a partir disso, transformou 87 milhões de disparos, mapeando as pessoas através dos amigos e dos amigos dos amigos dessas pessoas. Mapearam 87 milhões de eleitores, produziram conteúdo específico e personalizado para as diversas pessoas de acordo com a personalidade de cada uma. Eles conseguiram fazer essa subdivisão. Vejam o grau de sofisticação. Segmentaram as pessoas e enviaram conteúdos a partir da personalidade de cada um. Isso foi feito aqui no Brasil.

Foi feita uma denúncia: empresas fizeram com caixa dois... Inclusive dispararam e incentivaram a criação de *fake news*, mentiras que são passadas em formato de notícia.

Eu também quero me somar à fala da Deputada...

Esta eleição ainda vai ser muito falada, porque vai aparecer essa verdade. As pessoas receberam diversas e diversas e diversas desconstruções e mentiras descaradas, desrespeitosas ao povo brasileiro.

Eu quero me somar à fala de S.Exa. em relação à turbulência e à virulência que aconteceu nas universidades na véspera do segundo turno, coisa que não se via acho que desde a época da ditadura no Brasil.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer os 173.777 votos que obtive, votos livres, conscientes, independentes, que só dependeram da generosidade e do reconhecimento do nosso povo, do meu povo do Ceará, que inclusive deu uma vitória expressiva ao companheiro Fernando Haddad.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer também que não vamos deixar este clima de terror tomar conta do País e para denunciar que ontem um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Ceará, o Acampamento Irmã Dorothy, teve fogo ateadado ao seu entorno por homens que, na madrugada, chegaram para tentar intimidar as pessoas que lá estavam. Eu já comuniquei isso ao Governador Camilo Santana. E os Deputados também tiveram oportunidade hoje, em reunião da bancada, de conversar com ele. Nós comunicamos ao Governador e pedimos providências para que esse local seja imediatamente desapropriado, conforme consta na Procuradoria-Geral do Estado, para que essas 150 famílias de trabalhadores e de trabalhadoras sem-terra possam ter tranquilidade para resistir e produzir.

Sr. Presidente, obrigada pela oportunidade.

Eu gostaria de dizer que vamos seguir em frente. Não vamos desistir do nosso País e vamos enfrentar, e construir e fazer a resistência democrática num ambiente que sabemos que vai ser duro e difícil, a começar pelas medidas que o Presidente eleito que ainda nem sequer tomou posse tomou, como por exemplo, a fusão do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Isso só comprova o despreparo do cidadão eleito Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Tem a palavra o Deputado Leônidas Cristino.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer ao povo cearense os 102.417 votos que renovam a minha responsabilidade, o compromisso e a grande honra para representar o povo cearense em mais um mandato na Câmara Federal.

Pela confiança depositada, sou grato a todos os Municípios que nos apoiaram. Nossa gratidão aos Prefeitos, Vereadores e lideranças dos 181 Municípios cearenses que votaram em mim na última eleição. A vitória é de todos, porque fortalece nossa proposta de continuar um trabalho sério, da boa política, mais uma vez reconhecido nas urnas a serviço do povo e na defesa de seus interesses legítimos.

É importante registrar que o Ceará reelegeu Camilo Santana Governador com quase 80% dos votos e Cid Ferreira Gomes Senador com mais de 3 milhões de votos, uma vitória superlativa. E o eleitor cearense consagrou a Ciro o primeiro lugar na eleição presidencial.

Peço a V.Exa. que registre e divulgue meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LEÔNIDAS CRISTINO.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Deferido.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly por 3 minutos.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, volto à tribuna para me pronunciar sobre programas e projetos públicos.

A minha formação política sempre foi muito sólida. Comecei em um Município pequeno, Cambé, como Vereador e Prefeito, onde eu tive a oportunidade de ser inovador, fazendo uma administração moderna, democrática e participativa, com a visão, 35 anos atrás, de fazer a primeira escola em período integral pública do Brasil e implantar a educação física pioneiramente nas escolas municipais.

Fomos pioneiros no tratamento odontológico e na criação da clínica do bebê, que fez a cidade de Cambé ter um dos menores índices de cárie dentária do Brasil. Fomos pioneiros também na eleição direta para diretor de escolas municipais e na implantação de hortas comunitárias, escolares e domésticas, com o plantio de frutas nos quintais das famílias e em terrenos baldios. Acabamos fazendo uma imensa discussão do que poderia ser feito a mais na educação tradicional, em uma época em que também fomos pioneiros na criação do primeiro núcleo do Sistema Único de Saúde do Brasil, que se chamava Ações Integradas de Saúde, em 13 Municípios do Estado. Na oportunidade, Luis Cordoni Junior era o Secretário da Saúde, e o José Richa pai, Governador.

Naquele momento de inovações, período de recuperação da economia — vivemos uma grande e grave crise econômica que fez o Produto Interno Bruto brasileiro recuar 8,5% naquele período —, o Município tinha 16% de trabalhadores desempregados. O que fizemos? Recuperamos 42 indústrias quebradas e industrializamos a cidade com mais 112 novas indústrias, voltando a ter potencialidade econômica na zona rural. Inovadoramente, iniciamos o primeiro programa de microbacias do Brasil e do mundo, além de fazer manejo integrado de solo e de água, estradas adequadas e matas ciliares. Período de grande prosperidade atingiu o Município de Cambé.

Em seguida, fui para o Governo do Estado acompanhar o então Governador eleito Alvaro Dias.

Sr. Presidente, permita-me mais 1 minuto, por gentileza.

Fizemos um belo trabalho na Secretaria da Fazenda do Estado, onde o então Governador Alvaro Dias pôde fazer um dos mais competentes e produtivos governos da história do Paraná. Eu, como Secretário de Fazenda do Governo dele, proporcionei um orçamento anual de investimentos de 22,2% da receita líquida corrente ao ano, o que representou, em 4 anos, 88,8% da receita em investimentos. Em 4 exercícios, ele teve quase um orçamento inteiro para investimentos. Não deu outra: encheu o Estado de estradas, fortaleceu o porto e fez escolas, creches e muitos hospitais, investimentos maravilhosos em todo o Estado do Paraná.

Eu falo com muito amor de todo esse trabalho porque a base a atuação de um homem público tem que ser o compromisso com o seu Município, com o seu Estado e com o seu País. E eu sempre procurei ser um homem de Estado, olhando para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - O próximo orador é o Deputado Heitor Schuch. Antes, porém, vou dar 1 minuto para o Deputado Afonso Florence, da Bahia. V.Exa. pediu 1 minuto? (*Pausa.*)

Então, concedo a palavra ao Deputado Heitor Schuch, por 3 minutos.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, estimado povo brasileiro, quero me manifestar aqui nesta tribuna sobre um assunto que foi notícia nos últimos dias: o horário brasileiro de verão, amado por muitos, elogiado por outros tantos, mas também odiado por muitos e muitos brasileiros.

Particularmente, eu sempre me posicionei contra o horário brasileiro de verão, até porque em um País grande como o nosso, que já tem três horários diferentes, quando começa o horário de verão na metade sul do Brasil, ele passa a ter quatro horários diferentes. Mas a minha manifestação aqui não é em função disso, é pelo fato de que se dizia que era preciso fazer o horário brasileiro de verão para poupar energia elétrica. Isso, hoje, nem a Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL confirma mais.

Diante disso, eu queria só lembrar o que aconteceu nesses últimos dias. Em primeiro lugar, o decreto determina que o horário entre em vigor no terceiro domingo de outubro, mas, em ano em que há eleição, o decreto não vale. Em segundo lugar, noticiou-se que, por causa das provas do ENEM, o horário passaria a vigorar apenas em 18 de novembro. Em terceiro lugar, as empresas aéreas gritaram, dizendo que isso daria prejuízo. Aí, no último dia 21, as empresas operadoras de celular fizeram o quê? Programaram os celulares para adiantarem o relógio. Resultado: muitas pessoas perderam compromissos, se anteciparam, se perderam. Assim não dá para continuar.

Então, eu queria reiterar aqui o meu posicionamento sobre esse horário brasileiro de verão. Nós precisamos estabelecer uma regra, alguma coisa razoável. Não pode ser uma coisa num ano e outra coisa no outro. Quando há eleição, é um critério; quando não há, é outro. Assim, ninguém vai se entender.

Por isso, protocolamos o Projeto de Lei nº 10.897, de 2018, para que o horário brasileiro de verão, em continuando, seja instituído não mais no terceiro domingo de outubro — isso varia de dia, de data —, mas sempre no dia 2 de novembro. Por que 2 de novembro? É um feriado, o feriado de Finados. Feriado é sempre feriado no mesmo dia, independentemente do dia da semana que seja. Assim, certamente, a vida dos brasileiros ficará muito mais organizada.

Peço a divulgação desta manifestação, Sr. Presidente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Deferido.

Vou chamar o próximo orador, o Deputado Fabio Garcia. *(Pausa.)*

Enquanto S.Exa. se desloca à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, o qual fará muita falta a este Parlamento na próxima legislatura, tenho certeza absoluta, pela combatividade, pela participação e pela discussão nos assuntos referentes à Nação brasileira.

V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PP - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria deixar registrado que estive presente ontem na Câmara Municipal de São Paulo, onde o Dr. Paulo Hoff, o maior oncologista do País, recebeu o título de cidadão paulistano. Certamente, ele, que é um cidadão do mundo que tem avançado no estudo da oncologia, é Diretor do ICESP — Instituto de Câncer do Estado de São Paulo e também Diretor da Clínica OncoStar, do Grupo D'Or, sem dúvida nenhuma, tem promovido grande avanço no tratamento das pessoas que têm problemas oncológicos.

Sem dúvida nenhuma, foi uma justa homenagem a que o Vereador Toninho Paiva, da Câmara Municipal de São Paulo, prestou ao Dr. Paulo Hoff, com sua família toda presente, seus amigos e demais diretores do Hospital das Clínicas e colegas da Universidade do Estado de São Paulo. Ficaram todos alegres pela homenagem prestada àquele que é um dos maiores oncologistas do mundo, o Dr. Paulo Hoff.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Concedo a palavra ao Deputado Fabio Garcia, por 3 minutos.

O SR. FABIO GARCIA (DEM - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo à tribuna no dia de hoje para parabenizar pela eleição o nosso próximo Presidente, democraticamente eleito pela maioria dos votos do povo brasileiro, e também para falar sobre a enorme responsabilidade que recai sobre os ombros do Deputado e futuro Presidente Jair Bolsonaro, em razão da expectativa de milhões e milhões de brasileiros que votaram nele na esperança de uma mudança no Brasil, uma mudança na política e sobretudo uma mudança na vida dos brasileiros, que esperam ter um País mais seguro, que esperam uma política que ofereça serviços públicos de qualidade para cada cidadão.

É óbvio que ninguém é mágico, e isso não acontecerá num passe de mágica. Para que a saúde possa funcionar, para que a segurança pública possa funcionar, para que a educação possa funcionar no nosso País, são necessários gestão e correta aplicação do dinheiro público, mas é necessário também que haja dinheiro para investimento nessas áreas prioritárias.

Portanto, a mais importante das reformas que o novo Governo terá que enfrentar é sem dúvida alguma a reforma do Estado brasileiro, uma reforma para diminuir o tamanho da máquina pública do nosso País, máquina que a cada dia se agiganta mais e se torna mais cara, mais ineficiente e mais burocrática, consumindo a enormidade dos impostos arrecadados por todos os brasileiros.

Para construir uma agenda de reforma do Estado, de diminuição da máquina pública e de ajuste fiscal, sem sombra de dúvida, é necessário haver boa vontade, bom discurso e, sobretudo, diálogo. É necessário restabelecer a ponte de diálogo e respeito entre os Poderes, para que cada um exerça com harmonia e independência o seu papel. Sem diálogo, nós jamais conseguiremos fazer as grandes reformas que este Brasil precisa realizar.

Eu tenho absoluta convicção de que a equipe do novo Governo tem consciência do tamanho da sua responsabilidade e saberá, sem dúvida nenhuma, com muito diálogo, fazer a redução do Estado para que o Brasil se torne um país mais moderno, mais eficiente, menos caro, menos burocrático e que atenda melhor ao cidadão brasileiro.

Boa sorte ao Presidente Jair Bolsonaro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - O próximo orador é o Deputado Chico Lopes.

Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, tem a palavra por 1 minuto o Deputado Leônidas Cristino, meu conterrâneo.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará, dotado de um dos mais modernos portos do Brasil e de uma Zona de Processamento de Exportação — ZPE, firmou parceria com o Porto de Roterdã, da Holanda, que irá investir 323 milhões de reais na infraestrutura cearense.

Pelo acordo, o porto holandês, o maior da Europa e um dos maiores e mais importantes de todo o mundo, assume a operação do Porto do Pecém, com a participação acionária de 30%. A parceria não envolve venda de ativos, que continuam sob o controle do Governo do Estado.

O Ceará dá mais um passo importante para se posicionar de modo competitivo no mercado global, com as finanças em ordem, pagamento de funcionários e fornecedores em dia e capacidade de investimento. O Estado faz por merecer a confiança de investidores internacionais. A empresa Porto de Roterdã gera cerca de 6% do PIB da Holanda e traz para o Ceará uma experiência de 500 anos, com a perspectiva de incrementar o comércio do Estado com aquele país da Europa e também potencializar o desenvolvimento de todo o Estado do Ceará.

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. recebesse o restante do pronunciamento como lido e autorizasse a sua divulgação nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LEÔNIDAS CRISTINO.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Deferido.

Tem a palavra o Deputado Chico Lopes, por 3 minutos.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é com preocupação que subo a esta tribuna. Vejam bem o que está no jornal *Le Monde*, de hoje, sobre a eleição de Bolsonaro: "*Brasil: Preocupante retorno ao passado*". Na matéria, o jornal afirma que o Brasil acaba de eleger um Presidente "*racista, sexista, homofóbico e defensor da tortura*".

O mundo democrático está preocupado com a nossa eleição, pois o currículo daquele que vai ascender ao posto mais alto da Nação é de alguém sexista, defensor da tortura, contra os homossexuais. Isso é preocupante, porque um país de tamanho continental como o Brasil, com a sua riqueza, com seus avanços tecnológicos, está nas páginas de jornais internacionais por preocupação com um cidadão que logo mais será o Presidente da República.

Como ficará o País, já que o *Le Monde*, um dos jornais mais importantes do mundo, coloca uma questão dessa para o mundo todo? Ficamos como cachorro com o rabo entre as pernas, porque não podemos dizer o contrário, mas temos que dizer que ele foi eleito pelo povo, e por isso temos que respeitá-lo. Mas sabemos que ele vai ser um administrador com dificuldade de relacionamento internacional e também internamente. Um homem que prega a tortura é uma pessoa... Só sabe como é ruim quem já foi torturado. Eu posso dizer porque passei pelo cárcere doloroso no Brasil.

E como ele pode ser sexista num país com maior número de mulheres que homens e onde as mulheres estão nas universidades, na indústria, na agricultura e não dependem mais de homens? As mulheres têm liberdade para casar com condição de serem independentes da tutela masculina.

Portanto, é com tristeza que eu faço este pronunciamento. Espero que Bolsonaro, que ainda tem tempo para assumir, faça uma reflexão sobre o seu comportamento de "*prendo e arrebento*", a favor da tortura.

Aproveite, futuro Presidente da República, esta oportunidade que o povo brasileiro, com a sua bondade, com a sua competência, lhe deu. Eu espero que o senhor mude o seu comportamento sexista, torturador, que não é bom para o País. O Brasil está no cenário mundial como uma grande potência.

Sr. Presidente, gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

(O Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Martins, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Martins. PSB - PI) - Concedo 1 minuto ao Deputado Gonzaga Patriota, do PSB de Pernambuco.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Martins — o Piauí no poder —, quero registrar que, em 91 Municípios dos 184 do Estado de Pernambuco, no mês de setembro de 2018, não houve nenhum registro de homicídio, uma redução de mais de 20% nos homicídios em relação a setembro de 2017.

Nós queremos parabenizar o Governo do Estado, através do Governador Paulo Câmara e do Secretário Antônio de Pádua, por esse trabalho, mas principalmente os pernambucanos, que têm procurado enfrentar essa crise com trabalho, com determinação e com amor.

Presidente Rodrigo Martins, peço que V.Exa. dê divulgação a este pronunciamento, porque isso é muito importante para o Brasil.

Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Martins. PSB - PI) - Tem a palavra o Delegado Edson Moreira, do PR de Minas Gerais.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Martins, como foi dito, Piauí está no poder realmente.

Eu gostaria que as palavras do meu antecessor fossem aplicáveis a todo o Brasil, mas infelizmente não o são: ocorreram mais de 64 mil e 700 assassinatos no ano de 2017. É muito assassinato para uma nação como o Brasil, de 200 milhões de habitantes.

Tem que haver um investimento maciço em segurança pública para combater principalmente o tráfico e o uso de drogas, que é um dos principais motivadores dos crimes de homicídios no nosso País. O restante — homicídios por briga por terra, briga de homem com mulher e vice-versa, como também de homem com homem — vem só a aumentar um pouco mais esse número.

Portanto, Sr. Presidente, precisamos investir, na realidade, em segurança pública para combater essa impunidade que há neste País. E o papel do Congresso Nacional nisso é importantíssimo, assim como do futuro Presidente. Espero que realmente se combata a violência, se resgate o direito de ir e vir do cidadão de bem, porque este não pode nem adquirir um bem, que vem outro semelhante seu com uma arma na mão ameaçando a sua vida, ou às vezes até tirando a sua vida, para tomar seu bem na mão grande.

Isso é muito triste para uma nação como o Brasil.

A criminalidade aumentou assustadoramente de 2003 até os dias de hoje. Lembro-me de que em 2003 eu era chefe da unidade que cuidava de homicídios, e o número de homicídios em Belo Horizonte no final de 2002 foi de aproximadamente 400 por ano. Hoje, esse número é de mais de 2 mil homicídios. Isso é muito grave! Em âmbito nacional, não ocorriam mais que 20 mil homicídios por ano; atualmente, ocorrem 64 mil homicídios. É muita vida perdida, jogada na vala, como diz a gíria. Isso é triste, muito triste, Sr. Presidente.

Portanto, na área da segurança pública, a punição aos criminosos tem que ser resgatada, assim como a celeridade na aplicação das leis de combate a eles.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela dedicação e deferência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Martins. PSB - PI) - Concedo a palavra ao Deputado Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, entenda-se esta vitória de Wilson Witzel no Rio de Janeiro, como uma escalada das crenças.

Primeiro, ele acreditou em si mesmo e abdicou da magistratura federal que exercia há 17 anos para assumir os desafios e azares da política, em uma conjuntura particularmente tormentosa daquele Estado, imerso no caos administrativo, açoitado por uma crise financeira sem precedentes, transtornado pela desordem moral instaurada e apavorado com a violência sem controle, com bandidos se erigindo em poder paralelo e arrogando-se um nivelamento com o próprio poder institucional.

Na sequência, Sr. Presidente, o PSC acreditou nele, lhe deu régua e compasso e lhe franqueou todas as portas e espaços legais, porque vislumbrou nele a autoridade, a austeridade e a determinação necessárias e suficientes para conduzir o Rio por uma senda de salvação, dando forma concreta aos seus elevados ideais programáticos e doutrinários.

Por fim, o povo acreditou nele. E, quando isso aconteceu, um vendaval de esperanças sacudiu o Rio de Janeiro, desde os tugúrios mais desprovidos e humildes do subúrbio, que perceberam em Witzel aquele que “*deixou de ser excelência para se juntar ao povo*”, até os calçadões frementes da Zona Sul, onde se assumiu com determinação a ideia de “*um Rio mudando com juízo*”.

Foi uma vitória retumbante, que surpreendeu mesmo os mais afoitos analistas e pode ser atribuída, em resumo, à confiança que ele passou de que a corrupção e a criminalidade serão efetivamente varridas do mapa fluminense e todas as políticas públicas chegarão efetivamente aos seus destinatários.

Mas a espiral das crenças não vai parar por aí o seu crescendo, Sr. Presidente. Agora, é todo o País que olha para o Rio de Janeiro, surpreso e maravilhado, porque o Rio é o espelho do Brasil, ou a sua imagem mais aproximada, e tudo o que ali acontece toca a alma do nosso povo, e as mazelas que afligem aquele Estado ferem fundo a própria civilização brasileira.

Por certo, o Rio é o xodó da Nação. Mas a esperança do povo brasileiro ultrapassa a simples expectativa de ver o carioca feliz outra vez. O que todos anseiam saber é até que ponto as soluções aplicadas ao Rio poderão, com adaptações, ser replicadas em outros Estados. De uma coisa, porém, ninguém tem dúvida: o Rio vai ser modelo e laboratório sociopolítico e há de comprovar que a boa prática, a política decente, exercida com princípios e espírito público, tem lugar assegurado, ou melhor, será consagrada no futuro imediato deste País.

A vitória é de Witzel; a vitória é de todos os que se engajaram nestes propósitos. Mas eu não poderia concluir sem fazer uma referência especial à sensibilidade, ao discernimento, à percepção aguda do Presidente do PSC, Pastor Everaldo Dias Pereira, que previu tudo e não mediu esforços para colocar o homem certo no lugar certo, no momento preciso, mostrando mais uma vez que quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

Muito obrigado.

(O Sr. Rodrigo Martins, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha, do Maranhão.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Deputado Delegado Edson Moreira, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tivemos no último domingo eleições para a Presidência da República, cujo vencedor foi o nosso colega Deputado Federal Jair Bolsonaro. Quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela belíssima vitória.

Foi uma disputa em que predominaram, como disse nesta tribuna, as *fake news*. Fiz um alerta a todos aqui sobre a possível interferência das *fake news* nas eleições em nosso País, mas poucos ligaram para isso, nem mesmo autoridades eleitorais do Poder Judiciário. É lógico que o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral que à época presidia o órgão fez algumas intervenções importantes no sentido de evitar as *fake news*, mas não foram suficientes. Houve uma grande predominância das *fake news*, o que fez com que deixássemos de contar com alguns bons Deputados na próxima legislatura.

Mas é assim mesmo. Infelizmente isso ocorreu, e que sirva de lição para que possamos aprimorar a nossa legislação.

E espero que, a partir do próximo ano, o Presidente eleito possa fazer a reforma tributária, necessária para o nosso País. É uma das reformas mais importantes que precisa ser feita, porque impacta diretamente na vida de toda a população. Não é possível que continuemos com esse sistema perverso, caótico que hoje existe, em que as pessoas mais pobres é que mantêm os serviços públicos. O serviços públicos são ofertados para todos, mas são financiados em sua quase totalidade pelos mais pobres do Brasil.

Nós temos que tirar a tributação sobre o consumo. Nós temos que tirá-la do consumo e passá-la para o patrimônio, para a renda, porque nós só temos três bases de tributação. Então, se não for em cima do consumo, tem que ser em cima da renda ou do patrimônio. Nós temos que fazer essa reforma tributária. Há nesta Casa uma reforma excelente elaborada pelo Deputado Luiz Carlos Hauhy, na Comissão em que sou Presidente, e eu gostaria de ver essa proposta aprovada.

Sr. Presidente, que este nosso pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Pedido deferido.

Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, essa eleição presidencial foi marcada, primeiro, pelo medo da Direita brasileira de disputar com o Presidente Lula e, por isso, impediu que o Presidente Lula fosse candidato à Presidência da República; segundo, pelas mentiras divulgadas pela imprensa, pelas matérias nas redes sociais, as *fake news* e, por outro lado, pelo uso do caixa dois através das redes sociais, algo que foi denunciado pela *Folha de S.Paulo*.

É importante ressaltar, Sr. Presidente, que as mentiras foram muito grandes, até porque nos últimos 2 anos quem governou e ainda está governando este País são os golpistas liderados por Michel Temer, que fez muita maldade neste Brasil e só não conseguiu aprovar a reforma da Previdência. Agora elegeu-se como prioridade criminalizar, colocar como inimigo número

um, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, os movimentos sociais. Isso tudo é para confundir a sociedade brasileira, porque, por trás de tudo isso, eles querem aprovar a reforma da Previdência, para impedir que o povo tenha direito de se aposentar.

Nós vamos continuar nesta luta pela democracia no Brasil. Nós vamos continuar nesta luta, sendo Oposição aqui na Câmara dos Deputados e também nas ruas, nas ocupações de terras, nas ocupações urbanas, em todos os lugares, porque nós não temos medo de Bolsonaro, nós não temos medo da Direita brasileira. Nós vamos enfrentá-la em todos os lugares, porque nós acreditamos que temos que democratizar o nosso País.

Sr. Presidente, queremos também nesta tribuna parabenizar o povo da Bahia. Mais de 72% dos votos foram dados a Haddad, graças à liderança do nosso Governador Rui Costa. Isso significa mais de 3 milhões de votos de frente para Haddad na Bahia. Pelo povo da Bahia e pelo povo do Nordeste, o Presidente da República seria Fernando Haddad.

Também quero registrar, Sr. Presidente, que o nosso adversário, o ACM Neto, não ganhou em uma urna sequer no Município de Salvador. Isso significa a força do PT, a força de quem luta por democracia, a força do nosso Governador Rui Costa.

Por isso, quero parabenizar o povo da Bahia pela votação em Fernando Haddad, que vai continuar trabalhando, lutando, para que este País tenha democracia, e isso é fundamental para o desenvolvimento do Brasil.

Muita gente diz aqui, Sr. Presidente, que o grande problema é o tamanho do Estado. Na verdade, o grande problema é que 46% do orçamento vai para os banqueiros, os rentistas. Esse é o grande problema que nós temos no Brasil. E eles não falam em combater os 46% dos recursos que vão para os rentistas.

Além disso, é um absurdo fundir o Ministério da Agricultura ao Ministério do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira. PR - MG) - Tem a palavra o Deputado Evair Vieira de Melo, por 1 minuto.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, no Espírito Santo, no próximo final de semana, haverá dois importantes eventos relacionados à principal atividade econômica do nosso Estado, a cafeicultura.

Nas Águas do Caparaó, no Município de Dorcas do Rio Preto, teremos um encontro conhecido como Conexão Caparaó 2018, que vai reunir autoridades, conhecedores e técnicos da cafeicultura brasileira para um concurso de qualidade, que é uma forma de apresentar ainda mais essa região espetacular na produção de café do Espírito Santo para o mundo.

No Município de Marechal Floriano, no Distrito de Santa Maria de Jetibá, vai acontecer a XXV Festa do Café e o XV Concurso de Qualidade do Café.

É a cafeicultura reunindo os capixabas e trazendo prosperidade para o Espírito Santo.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO EVAIR VIEIRA DE MELO.

(O Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Uczai, 3º Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Concedo a palavra à Deputada Norma Ayub, do DEM do Espírito Santo, pelo tempo regimental.

A SRA. NORMA AYUB (DEM - ES. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a esta Casa o drama de muitos agricultores do meu Estado e, com certeza, de todo o Brasil.

A venda do milho realizada pela CONAB está paralisada em todo o País.

Só no meu Estado, o Espírito Santo, são 4.200 agricultores prejudicados.

A CONAB suspendeu o programa que permite aos agricultores comprarem grãos de milho, como insumos, a custos menores, alegando já ter atingido sua meta anual de vendas, o que vem gerando grande impacto social e econômico em toda cadeia produtiva.

Assim, Sr. Presidente, peço ao Poder Executivo a liberação da resolução já requerida pela CONAB, a fim de possibilitar a comercialização das 100 mil toneladas de milho, retomando a produção em todo território nacional.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Aproveito para apresentar os meus sentimentos de pesar pela morte do ex-Prefeito de Presidente Kennedy, o Sr. Daniel Vantil. Que Deus conforte todos os familiares!

Um beijo no coração de cada um de vocês. Fiquem com Deus.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA NORMA AYUB.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Obrigado, Deputada.

Concedo a palavra ao próximo orador, o Deputado Zeca Dirceu, do Partido dos Trabalhadores do nosso querido Estado do Paraná.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos assistem e nos ouvem pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*, Bolsonaro começou mal, muito mal. E aqui não há nenhum tipo de torcida contrária. Desejo que o Brasil vá bem e farei de tudo aqui para que o nosso País e, principalmente, para que Brasília produza soluções positivas para a vida de cada brasileiro e brasileira, principalmente, na temática do emprego, tão necessário à retomada do crescimento, do desenvolvimento e da distribuição de renda.

Faço aqui uma fala destacando que Bolsonaro começou mal, não apenas pela minha percepção pessoal, mas também pelo que pipoca hoje nas redes sociais por meio de falas e de manifestações dos próprios eleitores de Bolsonaro, que repercutem criticando e dando destaque ao fato de que lideranças políticas denunciadas por corrupção, que respondem a processos por corrupção, e até mesmo lideranças condenadas por corrupção começam a contar e a frequentar o rol de possíveis ou de até já Ministros anunciados pelo próprio Deputado e futuro Presidente Jair Bolsonaro.

Aquele discurso da pureza, da ética e da limpeza começa a cair por terra para os próprios eleitores de Bolsonaro que o criticam hoje nas redes sociais. O meu desejo era que caíssem por terra outras promessas de Bolsonaro, outras afirmações dele, como as que estimulam o ódio, a violência e, infelizmente, a intolerância no nosso País, que têm feito muitas vítimas inocentes ao longo das últimas semanas e dos últimos meses.

Quero aqui, mais uma vez, manifestar a minha gratidão ao povo paranaense, que me deu a quinta vitória consecutiva em eleições, a terceira como Deputado Federal. Vai ser uma honra representar o nosso Estado. Recebi hoje o Governador eleito Ratinho Junior, aqui em Brasília, juntamente com a nossa bancada.

Não vou apostar no "quanto pior, melhor". Estarei aqui atento e ativo na defesa do que é bom para o Brasil, do que é bom para o povo brasileiro. Mas estarei muito firme e forte contra o processo permanente de retirada de direitos que o País tem vivido, contra o desmonte das boas políticas sociais e econômicas, e estarei aqui, firme e forte, contra o racismo, o preconceito, a violência e a intolerância.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Obrigado, Deputado Zeca Dirceu.

O próximo orador é o Deputado Luiz Carlos Hauly, pelo tempo regimental.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, recebemos hoje, aqui na Câmara dos Deputados a visita do Governador eleito do Paraná, Ratinho Junior — Carlos Massa Junior — e da atual Governadora, Cida Borghetti, juntamente com o nosso coordenador da bancada, o Deputado Toninho Wandscheer, com a presença da maioria dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas e também de muitos Prefeitos.

Quero registrar, primeiramente, a elegância da Governadora Cida Borghetti, ao lado do Governador eleito, com quem ela disputou o Governo do Paraná, no primeiro turno. Foi realmente um momento de democracia, que deveria ser copiado no plano nacional, pois os ânimos estão muito acirrados entre o Presidente Bolsonaro, que venceu, e o candidato derrotado Fernando Haddad.

É preciso agir com civilidade, com o aspecto democrático, republicano. Uma eleição num país democrático significa apenas uma etapa da alternância do poder. E o Brasil, na sua incipiente democracia, porque apenas há 33 anos conseguimos a abertura política, ainda engatinha como democracia. É preciso que os partidos, os políticos, homens e mulheres públicos deste País zelem pela democracia, pela legitimidade dos pleitos, pela lisura, pelo comportamento que se deve ter nas campanhas políticas.

Vivemos uma era de grandes incertezas, de grandes dúvidas, de grandes mentiras, de grandes fofocas, que são chamadas hoje de *fake news*. Mas a mentira e a intriga são antigas, porque remontam aos primórdios da humanidade. Na formação do ser humano, desde o princípio, a fofoca e a intriga estão presentes. Mas nós, os homens e as mulheres de bem deste País, precisamos e devemos ter a consciência da verdade, da democracia, da liberdade, da justiça e prezar por esses valores republicanos que foram conquistados, a duras penas, pela humanidade. E o Brasil precisa consolidar a sua democracia.

Encaro a eleição de Jair Bolsonaro como mais uma etapa na vida do País. Foi como encarei quando Lula da Silva se elegeu Presidente da República. Chegaria uma hora em que a Esquerda atingiria o poder. Passou o tempo, agora é uma

nova etapa na vida pública do nosso País, e o Presidente eleito tem todo o direito de governar, de fazer as mudanças. O País precisa passar por uma grande reestruturação econômica, se possível mais um...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR) - Vou concluir, Sr. Presidente.

Como sou um democrata, republicano e parlamentarista, e sou pelo voto distrital misto, vejo na eleição mais uma etapa. Que venham as novas eleições, que venham novos momentos!

Espero que o atual Presidente eleito possa fazer, ainda este ano, aquelas mudanças que são possíveis, que são consensuais, entre elas a reforma tributária, a qual estou relatando, muito bem presidido pelo Deputado Hildo Rocha.

Estou à disposição do novo Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Obrigado, Deputado Luiz Carlos Hauly.

Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, pelo tempo regimental, Deputado do Pará, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ZÉ GERALDO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não foram apenas os eleitores do Nordeste que deram grande vitória ao Haddad. O nosso grande Estado do Pará, na Região Norte, também lhe deu uma grande vitória. Mais de 54% dos eleitores e eleitoras paraenses não se iludiram com Bolsonaro, essa tragédia política do Brasil. Bolsonaro é a mentira, Bolsonaro é a vingança, e a vingança não dá certo.

Quantos Deputados comemoraram naquele púlpito aqui, naquela noite de domingo, com bandeiras do Brasil, com bandeiras do Pará? Onde estão eles? Nenhum se elegeu, nem de Minas Gerais, nem de São Paulo, nem do Pará. Inclusive há um que deu o último voto, o voto que derrotava a Presidenta Dilma. Ele foi até Ministro! Onde está ele? Não se reelegeu.

Portanto, se há alguém derrotado neste País, não é o Partido dos Trabalhadores. Se há alguém que vai se decepcionar em breve, não serão os eleitores e as eleitoras que votaram no Haddad: será a maioria dos eleitores e das eleitoras que votaram na vingança ao PT, para não deixar o candidato do Lula ser o Presidente.

Será que o Bolsonaro vai abaixar o preço da energia no Brasil? Será que o Bolsonaro vai abaixar o preço da gasolina e do óleo *diesel* no Brasil? Será que o Bolsonaro vai abaixar o preço do gás de cozinha no Brasil? Será que vai haver Minha Casa, Minha Vida no Brasil? Será que a violência vai diminuir no Brasil? Só se vocês acharem que sim, porque eu e mais da metade dos eleitores do Pará não achamos assim.

Quero parabenizar esses eleitores e essas eleitoras, inclusive aos que me deram mais de 800 mil votos para o Senado. Fiz campanha na sola do sapato, enfrentando campanhas milionárias no Pará. Obtive mais de 800 mil votos, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado.

O SR. ZÉ GERALDO (PT - PA) - Portanto, o nosso grande Pará está de pé, mas quero saber se o Governo Bolsonaro vai ressarcir anualmente o Estado do Pará, que perde mais de 4 bilhões de reais com a Lei Kandir. Falei ontem sobre isso com o Governador, os Senadores e os Deputados eleitos do Estado do Pará, que estavam discutindo as míseras emendas de bancadas, que não são nada neste contexto. O Pará está perdendo mais de 4 bilhões de reais! Quero ver se o Governo Bolsonaro vai ressarcir o Estado do Pará.

Estarei em outras trincheiras, e nem sei em quais, mas estarei na defesa da democracia.

Sr. Presidente, solicito que o programa *A Voz do Brasil* registre a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Autorizo que o pronunciamento de V.Exa. seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Concedo a palavra ao Deputado Afonso Hamm.

Enquanto o Deputado se dirige à tribuna, concedo a palavra, para um pequeno registro, à Deputada Norma Ayub.

A SRA. NORMA AYUB (DEM - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, estou muito feliz porque acabei de ser informada de que foi assinada, hoje pela manhã, a resolução que libera a comercialização do milho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Hamm, pelo tempo regimental.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, uso esta tribuna, após as eleições, para dizer da nossa e da minha satisfação como Deputado Federal, reeleito pelo Estado do Rio Grande do Sul, pelo nosso País, ao quarto mandato de Deputado Federal.

Quero agradecer aos nosso eleitores, aos mais de 100 mil eleitores que colocaram o seu voto de confiança e convicção no Deputado Afonso Hamm. Eu gostaria de dizer da importância dos líderes, dos Vereadores, dos eleitores, daqueles que realmente acreditam e conhecem o trabalho do Deputado Afonso Hamm. Essa eleição preconizou a mudança, o novo, a inovação, a substituição, e nós conseguimos, sim, passar nesse teste. Estaremos aqui, por 4 anos, representando com dignidade o povo gaúcho e, naturalmente, o povo brasileiro. É com altivez, Sr. Presidente Pedro Uczai e demais colegas, que nos devemos conduzir nos próximos 4 anos.

Há um novo vento, um novo momento, uma nova administração para o Governo Federal, e é preciso que haja! Vence o candidato Bolsonaro. Ajudaremos naquilo que for bom para o País. Questionarei o que não for do agrado e do entendimento dos gaúchos e do povo brasileiro, aquilo que não for para o bem destes. Quero dizer, com convicção, que temos muita responsabilidade. O Brasil precisa, sim, reencontrar o caminho da confiança e do desenvolvimento. Precisamos promover inovações importantes neste País.

Da parte do Governo do Estado, quero cumprimentar também o nosso Governador eleito Eduardo Leite. O Governador José Ivo Sartori fez uma grande administração. Fez ajustes, realizou políticas com muita dificuldade. Mas agora vem um novo momento, e vamos apoiar o novo Governador Eduardo Leite, porque entendemos que tem o melhor projeto para os próximos 4 anos, para o Estado do Rio Grande do Sul.

Quero dizer também que, da parte deste Deputado Afonso Hamm, estarei aqui trabalhando em todas as pautas. Sou autor de 33 projetos de lei, e há aqui uma lei importante que nós estamos preconizando. Estou falando com o Relator do meu projeto de lei, o PL nº 6.717, de 2016, que visa dar proteção aos residentes e produtores rurais. Trata do porte rural de armas, não para armar o campo, mas para proteger dos criminosos as famílias, porque a criminalidade migrou para o interior do interior. O nosso projeto preconiza condições para oferecer proteção, com responsabilidade, àqueles que residem, trabalham e produzem no meio rural. Que tenhamos a aprovação do porte rural de armas, para proteger o cidadão e proteger a família daqueles que vivem no meio rural. Lá o celular não tem sinal, lá a autoridade policial não consegue chegar, por isso nós precisamos oferecer-lhes condições mínimas.

O projeto de lei de autoria do Deputado Afonso Hamm e de relatoria do Deputado Alberto Fraga haverá de ser votado até o fim deste ano, para oferecer esta ferramenta de proteção aos trabalhadores e produtores rurais da nossa região, e não só em nosso Estado, mas também em todo o Brasil.

Solicito a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO AFONSO HAMM.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* o pronunciamento do Deputado Afonso Hamm.

O próximo inscrito é o Deputado Valmir Assunção, do Partido dos Trabalhadores da Bahia.

Em seguida, falará a Deputada Benedita da Silva.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, dando continuidade à análise e ao balanço que faço sobre o processo eleitoral, digo que essa foi uma eleição marcada por muita violência por parte do nosso adversário, o então candidato Bolsonaro. Na Bahia, simplesmente porque o mestre Moa votou no PT, um eleitor de Jair Bolsonaro assassinou aquele mestre com diversas facadas, em Salvador. Foi algo brutal o que aconteceu lá em Salvador, mas aconteceu também em muitos outros lugares deste Brasil. Por isso, quando falarmos sobre esse momento eleitoral, é preciso registrar que foi uma eleição marcada por violência por parte dos seguidores de Jair Bolsonaro.

Ao mesmo tempo, houve muito preconceito. O fascismo foi permanentemente colocado em todos os lugares. Isso foi uma realidade nessa campanha eleitoral.

O que me chama a atenção é que eu achava que Jair Bolsonaro, depois de ganhar a eleição, faria um discurso que trabalhasse pela unidade nacional, em defesa do Brasil, em defesa da Pátria, mas nada disso houve. Ao contrário, ele faz um discurso com mais ódio ainda, ao ponto de eleger o Movimento dos Sem Terra e outros movimentos sociais como inimigos número um. Isso resultou, no Ceará, na queima de um acampamento.

Isso é muito preocupante. E por que é preocupante? Porque nós precisamos defender, cada vez mais, a democracia! Os movimentos sociais que lutam por terra ou lutam por moradia têm a guarda da Constituição Federal.

O art. 184 diz que as terras improdutivas devem ser destinadas à reforma agrária. O Governo não a realiza, e as organizações pressionam para ser executada, conforme a Constituição Federal.

Bolsonaro continua com sua arrogância e, ao mesmo tempo, dividindo o País. Nós vamos continuar, em todos os lugares, defendendo a democracia, defendendo nosso País, defendendo a unidade do nosso povo, mas defendendo as bandeiras específicas dos movimentos sociais, que têm legitimidade de continuar lutando pelos seus direitos.

Por isso, a fala do Presidente eleito não vai amedrontar os movimentos sociais. A fala de Bolsonaro não vai amedrontar aqueles e aquelas que lutam por direito e por democracia neste Brasil, porque nós vamos continuar lutando.

O que me preocupa, Sr. Presidente, é que ele diz que vai fundir Agricultura e Meio Ambiente. Isso significa acabar com a política ambiental do nosso País! Não podemos concordar com isso, porque isso não vai resolver o problema do Estado brasileiro. Mostra o despreparo, mostra a vontade de destruir a questão ambiental e o meio ambiente. Mostra que, mais uma vez, o agronegócio vai prevalecer nesta República.

Vamos continuar lutando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - A próxima oradora inscrita é a Deputada Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro, a quem concedo a palavra.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu quero falar a respeito do Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, conhecido como Escola sem Partido, que entra na pauta para ser aprovado ainda neste ano.

A estratégia do Presidente eleito é aprovar tudo que é do seu interesse e contra o interesse do povo antes do final do ano, para que tome posse sem ter nenhum problema para colocar em pauta esses projetos, para que obtenha a aprovação de algumas medidas que, por acaso, ele consiga mais levemente colocar na Casa.

Eu acredito que essa medida da Escola sem Partido é autoritária, Sr. Presidente. A medida é repressora e impopular. E causa um desgaste tremendo! A medida é autora da concepção de que uma escola não pensa, de que uma escola não tem ideia, de que uma escola não admita absolutamente que os seres humanos tenham uma ideologia.

E, pasmem, o objetivo desse projeto é conter a força do movimento estudantil, que cresce, e cresce defendendo a democracia! Eles querem calar a voz dos professores progressistas, professores que dão a sua vida, que falam com os seus alunos sobre o Brasil. Não é uma questão pura e simplesmente partidária.

Nós lembramos que, na época da ditadura militar, Sr. Presidente — e eu tenho isto aqui —, criou-se algo parecido, com o chamado Decreto-Lei nº 477, de 26 fevereiro de 1969, ou seja, 2 meses depois do AI-5. O objetivo desse decreto era punir os estudantes, os professores, os funcionários acusados de "subversão", agora chamada de "terrorismo" ou "doutrinação".

Eu deixo aqui, Sr. Presidente, o meu repúdio! Eu o deixo porque a liberdade, a independência e a democracia deste País estão em jogo com a candidatura desse novo Presidente que não tem compromisso — já demonstrou — com a democracia, a ponto de estar praticamente recebendo sugestão de uma Deputada eleita de que é importante que os alunos gravem os professores, se estes estiverem dando alguma aula ideológica. Imaginem se estivermos falando da invasão francesa! Isso é ideológico? Imaginem se estivermos falando da escravidão e da colonização. O que há de partidário nisso? Isso é história do Brasil, e não podem tirar do povo a verdadeira história da sua imagem e da sua identidade.

Eu peço a divulgação deste meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Peço que seja divulgado o pronunciamento da Deputada Benedita da Silva. O próximo orador é o Deputado Ivan Valente. Enquanto S.Exa. sobe à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Esperidião Amin, para fazer um registro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com muita satisfação saúdo V.Exa., Deputado e Prof. Pedro Uczai.

Eu quero aproveitar este momento para registrar a presença do nosso Prefeito de Blumenau, Dr. Mário Hildebrandt, que está aqui juntamente com companheiros de Brusque, o nosso candidato a Deputado e Vereador Pirola e o companheiro de Botuverá, todos da região do Vale do Itajaí. Participam dessa vilegiatura em Brasília, como fazem todos os municipalistas brasileiros.

Por ser o Dr. Mário Hildebrandt o Prefeito de uma cidade que é um ícone no Brasil, a cidade de Blumenau, eu quero agradecer a V.Exa., Sr. Presidente, a oportunidade de fazer esse registro. Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Sandro Alex, para um registro.

Em seguida, fará uso da palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. SANDRO ALEX (PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero fazer o registro de uma reunião realizada na manhã de hoje com a bancada paranaense. Os Deputados Federais do Paraná estiveram reunidos hoje e deliberaram sobre as emendas de bancada.

Foi uma reunião de trabalho, com deliberações importantes para o Estado, como emendas que os Parlamentares irão destinar para áreas vitais, como saúde, educação. Houve um pedido do Governador eleito Ratinho Junior de direcionar recurso para área da segurança. Ele apresentou o projeto Olho Vivo na sua campanha, um projeto de monitoramento na área de segurança, com vista a auxiliar as políticas no combate à violência.

A bancada unida prestigiou o Governador eleito Ratinho Junior, com a destinação de uma emenda para a segurança e pela implantação do programa Olho Vivo no Estado do Paraná.

Quero cumprimentar a bancada por esse novo momento de união política do Estado do Paraná em favor de recursos que serão vitais, tanto para a saúde quanto para a educação, mas principalmente para a segurança.

Parabéns à bancada de Deputados Federais do Estado do Paraná e ao novo Governador eleito Ratinho Junior!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que incorpore o meu tempo de Líder neste momento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, queria cumprimentar todos os Parlamentares reeleitos, particularmente a bancada do PSOL, que dobrou e conseguiu ultrapassar a cláusula de barreira. Trata-se de uma bancada muito combativa, defensora dos direitos e da ética na política.

No domingo, venceu a intolerância e o ódio no nosso País, venceu o preconceito, venceu a política antidireitos, neoliberal. Mas queremos reafirmar desta tribuna: nós que enfrentamos a tortura na ditadura militar, há 21 anos, não aceitamos a normalização da ditadura e da tortura! Não haverá trégua contra torturadores! Não haverá trégua contra violadores dos direitos humanos! Haverá resistência contra a retirada de todos os direitos dos trabalhadores brasileiros!

Sr. Presidente, nós estaremos aqui vigilantes. Ontem nós vimos duas demonstrações de que aqueles que se acham legitimados pelo poder e pelo voto consideram que é impossível fazer oposição, que nós não poderíamos mais fazer oposição. Um general se pronunciou dizendo que era contra o ato que estava havendo em São Paulo, porque, afinal, Jair Bolsonaro havia ganhado as eleições. Mesmo Jair Bolsonaro tendo ganhado as eleições, ser o novo Presidente, isso não tira o direito de todo cidadão brasileiro protestar nas ruas e no Parlamento brasileiro. O que é isso? Isso é não entender o que é democracia. Qual é o papel da Oposição?

Sr. Presidente, ontem também denunciei aqui a fusão do Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura. Essa proposta não é só incorreta e burra, ela é contra qualquer princípio de racionalidade. Nós sabemos do que é capaz a bancada ruralista. Quando eu contestei isso, o Deputado Delegado Waldir foi à tribuna dizer: "*Nós ganhamos as eleições, vocês não têm o direito de protestar*".

Eu quero dizer da tribuna ao Deputado Delegado Waldir que — parece que ele é do PSL, mas ele foi do PSDB, ele foi do PR —, antes de ele falar alguma coisa do PSOL, primeiro, ele tem que falar do Senador Aécio Neves, do Valdemar Costa Neto, e lavar a boca para falar do PSOL, porque neste partido há ética na política e combatividade.

É assim que nós vamos enfrentar o fascismo na sociedade brasileira.

Além disso, Sr. Presidente, eu queria tratar de alguns pontos, como, por exemplo, a segurança pública. O que nós temos visto é que o discurso de Bolsonaro feito aos manifestantes, na Avenida Paulista, na verdade, é o discurso da licença para matar, da licença para formar milícias que tenham autonomia, para dar autoridade a qualquer guarda de esquina ou qualquer brutamontes que bote a espingarda com o número 17 no peito. O cara que é Presidente da República fazer aquilo? Ele devia ter sido interditado pelo Supremo Tribunal Federal.

Nós entendemos que a violação dos direitos humanos não é mais admissível em lugar nenhum do planeta. Estaremos vigilantes!

Em relação à tal Escola sem Partido, que vamos discutir ali, agora, já que eles estão com fome de discutir, eu queria citar dois fatos: no mesmo dia, as urnas ainda não haviam esfriado, uma Deputada Estadual de Santa Catarina, seu Estado, Presidente, colocou um anúncio no Facebook dizendo: "*Liguem para mim neste telefone! Denunciem professores ou filmem professores subversivos!*" Felizmente, a PGR já está no encalço dela e eu espero que ela seja punida imediatamente.

É preciso botar limite para essa gente! Nós vimos que o Supremo Tribunal Federal e o TSE demoraram demais. Só quando eles foram atingidos diretamente pelo "Bolsonarinho", o garoto, é que eles resolveram engrossar o caldo. Só quando as universidades foram invadidas por juízes eleitorais e pela polícia é que eles resolveram — estão decidindo hoje — impedir qualquer entrada da polícia nas universidades. Demoraram muito para calar essa onda de fascismo no nosso País.

E digo mais, Sr. Presidente, na área ambiental, o Bolsonaro não é só uma ameaça ao Brasil ou à Amazônia ou aos biomas brasileiros, ele é uma ameaça ao planeta. Eles não entendem nada do que seja um Ministério do Meio Ambiente e um Ministério da Agricultura. Eles querem o lucro fácil, eles querem passar rapidamente o projeto de agrotóxicos aqui, ou seja, o PL do Veneno, como eles passaram o Código Florestal. Eles querem liquidar as terras indígenas; o Bolsonaro já disse isso! Eles não sabem nem que as terras indígenas são da União, não são dos indígenas. E o que ele disse para uma indígena na televisão? *"Alugue aí pra você ganhar dinheiro com as hidrelétricas, com a mineração"*. Ou seja, *"Acabe com os rios, com as florestas, com a sua cultura e se integre à nossa cultura"*.

A cultura dele é a cultura da violência, do ódio, da intolerância.

Isso não é aceitável, Sr. Presidente! Haverá uma reação nacional e internacional quanto a isso, porque este Ministério da Agricultura — superministério — e o Ministério da Fazenda, Indústria e Comércio, comandado por Paulo Guedes para fazer uma reforma ultraneoliberal vão ser um desgaste permanente deste Governo. O povo brasileiro, a juventude brasileira, as mulheres brasileiras precisam resistir. Estamos aqui para resistir!

Sr. Presidente, peça a V.Exa. que sejam dados como lidos três pronunciamentos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Obrigado, Deputado Ivan Valente. Os pronunciamentos de V.Exa. serão divulgados pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos órgãos de comunicação da Casa.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Wilson Filho.

O SR. WILSON FILHO (Bloco/PTB - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço jus ao colega Parlamentar que falou sobre as emendas de bancada do Paraná. Agora, eu falo sobre as emendas de bancada da Paraíba.

Ontem houve uma reunião da nossa bancada que esteve presente na sua integralidade: 12 Deputados Federais e três Senadores. A reunião começou às sete e meia da noite e se estendeu até quase 11 horas da noite, quando pudemos ouvir os pleitos de vários amigos, companheiros, em especial o Governador eleito do Estado da Paraíba, João Azevêdo, os Prefeitos de João Pessoa e de Campina Grande, reitores das principais universidades do Estado.

Posteriormente, nós fizemos a escolha: serão 50 milhões de reais para a construção e ampliação de hospitais regionais do Estado, em especial a Maternidade Frei Damião; 10 milhões de reais para a construção, em João Pessoa, do Instituto da Polícia Científica; 23 milhões de reais para obras de mobilidade em João Pessoa, e o mesmo valor para Campina Grande. Nós iremos também prestigiar o Sertão, com 25 milhões de reais para o ramal da transposição das águas do Rio São Francisco, no Vale do Piancó. E, por último, para a construção do Hospital Universitário do Sertão, serão 25 milhões de reais.

A Paraíba e a sua bancada estão de parabéns por ter conseguido, nas seis emendas de execução obrigatória, prestigiar a Paraíba como um todo, da Capital ao Alto Sertão. Parabéns a toda a bancada! Para mim, é sempre um prazer ser o coordenador de uma bancada tão atuante.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Capitão Augusto. Em seguida, concederei a palavra ao Deputado Daniel Almeida. Depois, ao Deputado Lobbe Neto, para um breve registro.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos acompanham pela *TV Câmara*, para nós hoje é um tempo de esperança. Vemos que o Presidente Bolsonaro já começou a compor a sua base ministerial, acertando em vários nomes, como o do recém-anunciado Tenente-Coronel Marcos Pontes, astronauta, um amigo pessoal da cidade de Bauru, para o cargo de Ministro da Ciência e Tecnologia — a pessoa mais indicada e realmente preparada para ocupar esse cargo.

Fora isso, nós temos uma experiência muito grande de mudar finalmente a questão da segurança pública no Brasil — uma segurança que está falida, com 62 mil mortes violentas ao ano, a impunidade imperando, as facções criminosas dominando o Brasil, tráfico de entorpecente em todos os Municípios, no perímetro urbano e na zona rural.

Então, para nós agora, como integrantes da bancada conhecida pejorativamente como bancada da bala, renovam-se as esperanças de finalmente conseguirmos pautar projetos que vão endurecer a legislação penal; finalmente, nós termos o protagonismo e a prioridade nesta Casa. A segurança pública é o principal problema do Brasil. Sem dúvida nenhuma,

politicamente, seria correto falar que a educação e a saúde são os principais problemas. Mas eu ousou discordar disso afirmando que a segurança é, sim, o principal problema do Brasil. A segurança é a base de qualquer sociedade, de qualquer nação. Nós pagamos um alto preço pela falta de segurança no Brasil, até mesmo no turismo, em que o Brasil está perdendo até mesmo para a Argentina e o Chile porque os turistas têm medo de vir ao Brasil, e com toda a razão.

Por isso, esperamos mais do que nunca que melhore a segurança pública nesta gestão do Bolsonaro como Presidente, que já começou o trabalho desde já pedindo que sejam pautados vários projetos aqui nesta Casa, como a questão da revisão do Estatuto do Desarmamento, pelo qual aguardamos ansiosamente há muito tempo. Para nós da área da segurança pública é o momento de acreditarmos que finalmente nós vamos melhorar a segurança pública neste País, que está mais do que falida. Temos que parar de vitimizar marginais neste País. Marginal é marginal e tem que ser tratado como tal. O marginal está à margem da sociedade. Direitos humanos para os humanos direitos finalmente. É isso o que nós esperamos na administração do Presidente Bolsonaro. Esperamos que ele reforce o Ministério da Segurança, com dotação orçamentária e até mesmo com aumento do efetivo para as nossas instituições policiais federais e, por que não, estaduais.

Então, parabéns, Presidente Bolsonaro! Boa sorte, em especial na segurança.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - O próximo orador é o Deputado Daniel Almeida, pelo tempo regimental.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há 6 meses, a PETROBRAS anunciou o fechamento das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados — FAFENs da Bahia e de Sergipe. Houve uma reação forte das bancadas da Região Nordeste, dos Governos da Bahia e de Sergipe, com debates demonstrando que não havia qualquer justificativa para o fechamento dessas unidades. Essa pressão resultou na suspensão dessa decisão do fechamento das fábricas de fertilizantes.

Ontem a imprensa anunciou que a PETROBRAS fará o encerramento da atividade da FAFEN na Bahia a partir do dia 31 de janeiro do ano que vem. Isso é absolutamente inaceitável. Não é possível que nós façamos o desmonte de uma fábrica que é absolutamente estratégica, que produz matéria-prima para fertilizante, insumo fundamental para a agricultura no nosso País, e dá segurança na produção de alimentos no País inteiro. É um insumo fundamental, indispensável para uma cadeia produtiva de grande impacto no Nordeste, para o polo petroquímico de Camaçari, na Bahia, e também de Sergipe, na produção de amônia e de matéria-prima para a mistura de fertilizante.

A FAFEN na Bahia começou suas operações em 1971, sendo a primeira fábrica instalada no Polo Petroquímico de Camaçari e a primeira a fabricar ureia no Brasil. Atualmente emprega cerca de 700 trabalhadores diretos. Já a FAFEN em Sergipe entrou em operação em 1982 e conta atualmente com cerca de 300 empregados diretos. De acordo com informações da FUP — Federação Única dos Petroleiros, o consumo de fertilizantes no Brasil, no período de 2003 a 2012, passou de 22,8 milhões de toneladas para 29,6 milhões, registrando um crescimento de 30% no período, e o agronegócio ficou responsável por quase 1/4 do PIB nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por tudo que a FAFEN representa para a Bahia e para o Nordeste é que estamos convocando a sociedade, trabalhadores, Governo da Bahia, empresários para discutir e impedir mais esse desmonte e assegurar o pleno funcionamento da indústria.

Se esse fato acontecer, desativa-se essa grande cadeia produtiva e se inviabiliza grande parte do polo petroquímico do Nordeste localizado na Bahia. É algo contra a Bahia, contra o Nordeste, contra a indústria nacional, contra o setor químico e petroquímico, sem qualquer razão para essa iniciativa.

Portanto, Sr. Presidente, quero conclamar os Governos da Bahia e de Sergipe, que estão atentos a essa tentativa infeliz. Será que já é uma retaliação do Governo Bolsonaro, porque ele teve menos de 30% dos votos dos baianos? Não é possível!

Quero conclamar, portanto, os Governos e as bancadas da Bahia e de Sergipe, os trabalhadores, para essa resistência. Nós vamos resistir! A FAFEN não pode ser fechada, porque, em um ambiente de tanto desemprego, isso vai agravar muito mais ainda essa situação de desemprego.

Queremos desenvolvimento!

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Nós vamos passar à Ordem do Dia e, em seguida, eu passo a palavra a V.Exa.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - A lista de presença registra o comparecimento de 260 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.

Retirada de ofício do Projeto de Lei Complementar nº 441-D, de 2017, do Senado Federal.

Passa-se ao próximo item.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 847, DE 2017
(DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 847, de 2017, que aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem (CN) nº 02, de 2017 (Mensagem nº 616, de 18 de novembro de 2016, na origem).

Não há requerimento sobre a mesa.

Passa-se à discussão. (Pausa.)

Passo a palavra ao Deputado Orlando Silva, Líder do PCdoB, para fazer a questão de ordem.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu agradeço. Eu ia invocar o art. 82 do Regimento, que aponta que, quando estabelecido o quórum e havendo pauta prevista, poderíamos dar início à Ordem do Dia.

Agradeço a V.Exa. a celeridade da sua condução exemplar, que anulou a questão de ordem que eu ia formular. Mas é importante, Sr. Presidente, avisar às Comissões que estão neste momento funcionando que todas elas precisam suspender ou encerrar as suas atividades, levando em conta o início da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Portanto, em nome da Mesa Diretora, aviso a todas as Comissões em funcionamento na Casa que se torna sem efeito qualquer deliberação a partir do início da Ordem do Dia.

Solicitaram a palavra três Líderes de bancada: Deputado Hildo Rocha, Deputado Pompeo de Mattos e Deputado Alex Manente. Enquanto as bancadas vão se dirigindo ao plenário, passo a palavra, para um pequeno pronunciamento, ao Deputado Lobbe Neto, meu colega de Comissão de Educação, que, de forma generosa e solidária, aguardou até este momento.

O SR. LOBBE NETO (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho aqui registrar que, no próximo dia 4 de novembro, a cidade de São Carlos fará 161 anos de emancipação política.

Nós, que somos lá de São Carlos, queremos aproveitar a oportunidade para desejar um ótimo aniversário à cidade; cumprimentar todas as autoridades municipais, o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, as autoridades constituídas do Município, e principalmente a população, ordeira, de grandes educadores, cientistas. São Carlos é considerada a Capital Nacional da Tecnologia. Possui três universidades — a Universidade de São Paulo, USP, com dois *campi*; a Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR; o Centro Universitário Central Paulista — UNICEP, uma universidade particular — como também duas unidades da EMBRAPA, dois parques tecnológicos.

Então eu venho aqui para saudar todos os trabalhadores são-carlenses, os pesquisadores, enfim, a população por mais esse aniversário de emancipação política de São Carlos — 161 anos —, a Capital Nacional da Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Obrigado, Deputado Lobbe Neto.

Concedo a palavra ao Deputado Alex Manente, que falará pela Liderança do Partido Popular Socialista — PPS, pelo tempo regimental.

Obrigado, Deputado Alex, pela generosidade de esperar até agora para fazer uso da palavra em nome do PPS.

O SR. ALEX MANENTE (PPS - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, todos os que nos acompanham — agradeço-lhe, Presidente, a gentileza de passar a palavra para a Liderança do PPS —, primeiro fazemos uma avaliação desse cenário conturbado finalizado neste domingo. As eleições tomaram conta do nosso País e certamente movimentaram todo cidadão e cidadã brasileira nesse debate importante, democrático, com respeito ao resultado das urnas. No segundo turno, a população, com sua força soberana, escolheu Jair Bolsonaro para o exercício do mandato de Presidente a partir de janeiro.

Nós teremos a missão importante de entender, primeiro, os recados que recebemos de toda a população. Fica claro, a partir de agora, que não existe, para a população, a questão apenas de fazer parte do Governo. Ontem, falava do posicionamento

que o nosso partido terá na Casa a partir do ano que vem, quando vamos cobrar firmemente as atitudes propostas durante o processo eleitoral, que, se tomadas de maneira adequada, certamente serão importantes: a redução de mordomias e privilégios; o combate firme à corrupção no nosso País, algo fundamental. Graves problemas se apresentam por conta disso.

Mas também é importante entender a missão deste Parlamento. Nós entendemos que não se pode mais discutir a questão de ser base do Governo ou Oposição simplesmente pela participação ou não no Governo através de cargos, de cargos em Ministérios. E se vota aqui tudo que o Governo deseja.

O que nós queremos é ter uma independência importante para poder avaliar aquilo que a sociedade espera; ter a independência e a imparcialidade para debater efetivamente os anseios da população, aquilo que se espera por parte do Governo.

E que nós tenhamos a firmeza de cobrar as posturas naquilo que foi o desejo de toda a grande parcela da sociedade, combatendo as mordomias e privilégios, reduzindo os custos públicos, que certamente encarecem a vida do cidadão e não permitem que nós tenhamos serviços adequados; colaborar com aquilo que vem ao encontro do que a sociedade espera, mas também combater qualquer eventual desmando, ter independência e imparcialidade para poder, de fato, colaborar com a construção de um país que possa dar perspectiva de um futuro melhor a todas as pessoas.

Nós vivemos em tempos, Sr. Presidente, em que precisamos compreender que é necessário encontrar uma nova forma para essa política adotada no País. A velha política está ultrapassada, e certamente esse novo caminho que as pessoas desejam é um caminho de combate à corrupção, às injustiças, e que gere oportunidade e perspectiva de um futuro melhor a todas as pessoas.

Por isso, nossa posição é de colaborar com o que vem nesse sentido, mas também cobrar a firmeza do que nós esperamos para o nosso País.

Em relação à Previdência, que é algo muito falado, nós não entendemos que esse é o momento de se debater, nesse apagar das luzes do atual Governo. É necessário esperar o novo Governo propor a sua fórmula para, aí sim, nos debruçarmos sobre ela, conversamos com a sociedade e termos uma posição adequada sobre esse tema, que é fundamental para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - O próximo inscrito, pela Liderança do PCdoB, é o Deputado Orlando Silva. (*Pausa.*)

Enquanto o Deputado se dirige à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Eron Bezerra, do PCdoB do Amazonas.

O SR. ERON BEZERRA (PCdoB - AM) - Presidente, eu quero apenas pedir que seja divulgado o pronunciamento que eu fiz mais cedo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Que se dê publicidade no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação da Casa ao pronunciamento do nosso colega Parlamentar que agora solicita.

Tem a palavra o Deputado Orlando Silva, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Brasil concluiu o processo eleitoral escolhendo seus últimos Governadores e elegendo Presidente da República e Vice-Presidente da República, numa eleição que vai passar para a história por algumas características.

Em primeiro lugar, a eleição foi marcada pela violência política, uma eleição cujo embate produziu vítimas letais, vítimas fatais na Bahia, no Ceará, em vários Estados da Federação. Isso seria inimaginável anos atrás, mas a cultura política brasileira foi tomada pela ode à violência, e um dos desdobramentos foi o acontecimento dessas fatalidades.

Em segundo lugar, a eleição foi marcada pelas *fake news*, pelas notícias falsas, e pela manipulação da opinião pública a partir de mentiras reiteradas nas redes sociais. Eu próprio fiz um requerimento ao Facebook, que já assumiu que houve vazamento de dados de mais de 50 milhões de contas, que pode chegar a 90 milhões de contas dos seus usuários.

E a pergunta elementar: quantos desses são do Brasil? Quantos brasileiros tiveram os dados de suas contas vazados? Em que medida esses dados serviram para a segmentação e promoção de notícias falsas, impactando o resultado das eleições? Portanto, as *fake news*, notícias falsas disseminadas em escala industrial no Brasil, e a violência política foram dois fatos que marcaram e, mais do que isso, macularam o processo político no Brasil. O resultado final deve ser recebido por todos os que participaram do processo com o reconhecimento da legitimidade do povo brasileiro. Eu votei em Fernando Haddad. O meu candidato foi derrotado. Eu recebo com humildade a voz das urnas e quero crer que todos os brasileiros que têm compromisso com a democracia devem reconhecer o resultado das urnas.

Aliás, a instabilidade intensa que o Brasil vive hoje diz respeito ao desrespeito do derrotado em 2014, o então Senador Aécio Neves, que se recusava a aceitar o resultado das urnas e produziu uma série de fatos, cujos desdobramentos nós conhecemos, imputando crimes inexistentes a uma Presidente, que foi afastada. Esse fato deflagrou toda essa instabilidade política e agravou a crise que o nosso País atravessa.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, eu quero crer que, encerradas as eleições e definido o novo quadro político, os partidos e as bancadas vão se reposicionar. A bancada do PCdoB estará na posição firme de oposição ao Governo de Jair Bolsonaro, pelo significado do seu Governo, pelos valores e princípios que representa, pelo significado econômico ultraliberal desse Governo, pelas ameaças que representa para direitos e conquistas dos trabalhadores, da democracia e até mesmo da civilização, eu diria. Haverá posição firme do PCdoB em oposição a essa orientação. O Governo de Jair Bolsonaro será pior do que o de Temer, pois irá radicalizar as políticas de Temer de destruição nacional, ferindo a democracia e ameaçando os nossos direitos.

Eu quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que essa oposição deve ser feita em diálogo com a sociedade e com os movimentos sociais. Hoje mesmo, nós estivemos num diálogo com o PDT e o PSB, dois partidos do campo democrático que se opõem ao Governo eleito. Os Líderes desses partidos se reuniram para dialogar sobre como fortalecer a oposição a Jair Bolsonaro, como apresentar alternativas reais para a superação da crise brasileira. Nós não vamos apenas denunciar os desmandos. Nós o faremos, mas, ao mesmo tempo, mobilizaremos o nosso povo em torno de ideias justas, que permitam a retomada do crescimento econômico e da geração de empregos, enfrentando os problemas da violência nas grandes cidades do Brasil — esse também será o papel da oposição — e fazendo a defesa do Parlamento. Não há democracia sem Parlamento forte. Vamos atuar para que o Parlamento brasileiro exerça as suas prerrogativas. O Parlamento é um poder e deve exercer as suas prerrogativas em defesa do interesse nacional, da democracia e do nosso povo.

Esse foi o sentido da reunião do PDT, do PSB e do PCdoB, fortalecendo a oposição.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Obrigado, Deputado Orlando Silva, que falou pela bancada do PCdoB.

Agora passamos à discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 847, de 2017.

O primeiro orador inscrito para falar contra a matéria é o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

Ausente.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)*

Para um pequeno registro, concedo a palavra ao Deputado Uldurico Junior.

V.Exa. tem 30 segundos.

O SR. ULDURICO JUNIOR (PPL - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um registro a respeito de um gesto arbitrário da Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabrália, no extremo sul da Bahia, que covardemente demoliu a Cabana Macuco, uma barraca de praia que pertencia a uma mãe de família e que estava com toda a documentação em dia.

Então, fica aqui registrada a minha indignação e o meu repúdio a esse gesto covarde da Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabrália.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, pelo tempo regimental.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL encaminha posição contrária à aprovação deste decreto, porque, além de haver diferenças quanto ao conteúdo, há diferenças profundas sobre o processo.

Todos sabem que um dos propósitos do decreto, além de estabelecer os objetivos e estratégias da Política Nacional de Defesa, é também constituir o chamado livro branco, cujo intuito é estabelecer formas de relacionar o Poder Executivo — representando aí uma das dimensões do Estado brasileiro, onde está o Presidente da República como Comandante em Chefe das Forças Armadas e, portanto, comandante da Política Nacional de Defesa — e também o Congresso Nacional. Mas há um terceiro elemento, que é a sociedade civil.

Eu pergunto: além da Comissão no Senado, esta Casa debateu? Se nenhum Deputado aqui pôde ler profundamente e debater o parecer que o Collor deu para transformar em PDC a iniciativa do General Etchegoyen, como dizer que a sociedade civil está sendo chamada para debater uma Política de Defesa Nacional? Cadê a sociedade civil? Eu nem vou dizer para chamarem uma assembleia nacional, para que o camponês, o trabalhador, o militar, o policial civil possam debater. Mas cadê as entidades representativas da sociedade civil? Ninguém domina o que está aqui.

Ora, isso aqui é uma exigência da Lei Complementar nº 97, de 1999, parágrafo 3º, art. 9º. Mas por que tanta pressa, se um novo Governo será empossado no dia 1º de janeiro? Por que não debater de forma séria, profunda, envolvendo a sociedade civil, os intelectuais, as lideranças populares? Por que não? Então, não há como aprovar mais um decreto, mais uma norma, mais um plano, que, na verdade, tem três importantes dimensões, assim como se fosse a produção de uma telha feita nas coxas — argila torta nas coxas, para que as goteiras da democracia se transformem em enxurrada.

Defesa nacional e soberania nacional são coisas sérias. Então, vamos fazer um debate. Por que não suspender este debate? Por que não debater mais? Por que não aprovar mais tarde, daqui, quem sabe, a 2 semanas? Por que não permitir que, no mandato do futuro Governo, possa ser feito o debate? Porque, conforme eu dizia em diálogo com o Líder do PCdoB, o Deputado Orlando Silva, até lá poderemos saber se ele é, realmente, legítima e democraticamente, o Presidente da República. Eu, como cidadão, não abro mão da investigação proposta do PSOL, acatada pela Justiça Eleitoral, para apurar o caixa dois e as *fake news*, porque isso influenciou a opinião pública. Portanto, a legitimidade está comprometida.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Concedo a palavra, para falar favoravelmente ao Decreto nº 847, de 2017, ao Deputado Caio Narcio, do PSDB de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito, do Partido dos Trabalhadores do Acre, pelo tempo regimental.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente eleito Jair Bolsonaro ainda nem tomou posse e, 3 dias depois das eleições, já há muita gente arrependida de ter votado nele — não por acaso, mas por ser um Governo siamês ao Governo Michel Temer. Primeiro, anuncia uma reforma da Previdência nos moldes chilenos, que não deu certo; depois anuncia a fusão do Ministério da Indústria com o da Fazenda, de maneira que já estamos vendo a grita dos industriais; agora ataca a imprensa, como atacou a *Folha de S.Paulo* recentemente; e anuncia essa fusão do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura, acabando com o Ministério do Meio Ambiente.

Nós sabemos que a questão ambiental é muito mais ampla do que as questões do campo, do que as questões da agricultura — muito mais ampla! —, e isso acontece no momento em que vivemos o chamado regime das mudanças climáticas. Inclusive, no Acordo de Paris, o Brasil assumiu metas que serão desdobradas, neste ano, na COP, na Polônia.

O Presidente eleito Jair Bolsonaro, durante a campanha, fez um recuo estratégico para tentar atrair eleitores com algum tipo de ligação com a causa ambiental: disse que iria respeitar o meio ambiente. Mas já começa, literalmente, com um retrocesso absoluto com essa questão do Ministério do Meio Ambiente e, conseqüentemente, com a própria pauta, a própria agenda ambiental.

O Brasil assumiu que, até 2025, em relação a 2005, iria reduzir 37% das emissões e que, até 2030, em relação a 2005, reduziria 43% das emissões. Com a extinção do Ministério do Meio Ambiente, do Sistema Nacional do Meio Ambiente, isso não vai acontecer. Nós estamos literalmente sepultando a política ambiental do Brasil. Nós estamos dizendo que o Brasil não vai cumprir o Acordo de Paris — é o que quer o Presidente do Estados Unidos, Donald Trump. Além desses compromissos, o Brasil também se comprometeu a reflorestar 12% da Floresta Amazônica.

Então, há um conjunto de compromissos que vão ficar absolutamente inviabilizados.

Portanto, o Governo já começa com retrocessos absolutos. Nós temos que denunciar isso. Nós temos que denunciar essa política nefasta, esses anúncios que já prenunciam um Governo que, na verdade, vai ser um Governo das trevas. É o que se anuncia para o Brasil a partir de 2019.

Peço o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Defiro o seu pedido, Deputado Leo de Brito.

O próximo orador inscrito é o Deputado Helder Salomão. *(Pausa.)*

A próxima oradora inscrita é a Deputada Jô Moraes, do PCdoB de Minas Gerais.

Enquanto a Deputada Jô Moraes se dirige à tribuna, concedo 1 minuto ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Pedro Uczai, quero manifestar uma preocupação que deveria ser de todos os brasileiros e brasileiras.

O novo candidato quer unificar o Ministério do Meio Ambiente — na verdade, quer acabar com o Ministério do Meio Ambiente, jogando-o dentro do MAPA —, o que significa o enfraquecimento do Brasil no mundo. Quero dar um exemplo:

quando acabaram com o MDA, enfraqueceram o Brasil e toda a agricultura familiar na negociação internacional do leite, porque não havia mais quem defendesse o setor.

Sem o Ministério do Meio Ambiente, o Brasil vai se enfraquecer nas negociações internacionais. Isso vai ser um tiro no pé, porque, quando o mundo exigir, nas negociações internacionais, alimentos produzidos sem agressão ambiental, o próprio negócio brasileiro vai ser prejudicado.

Então, sob todos os aspectos, isso é ruim para o País. Eu espero que isso seja revisto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Tem a palavra a Deputada Jô Moraes.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB - MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, caros Deputados, queridas Deputadas, está em discussão a apreciação de um projeto de decreto legislativo que faz uma formulação sobre a Política Nacional de Defesa. Estão em discussão, não aqui, mas por parte do Governo e da sociedade, decretos que definem estranhas propostas de uso das Forças Armadas para outras ações.

Por isso, é fundamental compreendermos que a Política Nacional de Defesa foi uma construção de 2010, durante o Governo do Presidente Lula, que apontava para a sociedade e definia, com clareza, qual é a política de defesa e qual é o papel das Forças Armadas nesse processo. Nesse livro, há formulações estratégicas. Nesse livro, há a compreensão de que a soberania nacional, a defesa das nossas fronteiras, a defesa das nossas riquezas é o norte, é o vértice para a ação das Forças Armadas.

É evidente que nós temos que ter clareza absoluta de que, nesse processo eleitoral, esteve presente um debate que deforma e que procura alterar o papel constitucional das Forças Armadas.

Por várias vezes, nós vimos o pronunciamento dos comandantes, que consideram que o papel deles é um papel que a Constituição indica.

Quero falar para os senhores e para as senhores que, para nós que acompanhamos isso e defendemos esse papel constitucional, isso é estranho. Consideramos um grande equívoco o decreto assinado pelo Presidente Temer no dia 15 de outubro, que cria uma força nacional de inteligência com deformações estratégicas, incorporando todos os órgãos das Forças Armadas e da segurança pública.

Esta Casa precisa debater isso. Esta Casa precisa se opor a uso das Forças Armadas como se fossem força de segurança. Estão colocando o Exército Brasileiro para cuidar de penitenciárias, de presídios, para fazer revistas. Isso é uma deformação que rebaixa o papel fundamental das Forças Armadas. Ao defender a aprovação deste projeto de decreto legislativo, lembro aos senhores e às senhoras que se trata de um decreto que remonta a 2016. A legislação exige que ele seja revisto a cada 4 anos. Essa foi uma formulação do Governo do Presidente Lula em 2008. Foi revisto em 2012 e, agora, apresentado em 2016, apreciado pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Nesta Política de Defesa Nacional está o real papel constitucional das Forças Armadas.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, defendo que se aprove este livro branco, essa política nacional que foi apreciada pelo Congresso, conforme a legislação, mas que possamos ter uma posição de oposição. O Exército Brasileiro não serve para perseguir os brasileiros nas ruas. As Forças Armadas não servem para cuidar da segurança pública. Há uma papel constitucional que nós devemos defender.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Obrigado, Deputada Jô Moraes.

O próximo inscrito para falar a favor do decreto é o Deputado Ságuas Moraes. S.Exa. dispõe do tempo regimental.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está em debate aqui o PDC nº 847, de 2017, que aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem (CN) nº 02, de 2017.

Sr. Presidente, a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, que passam por revisões quadrienais, são instrumentos de grande relevância a orientar a defesa do Estado nacional e da sociedade, com transparência, além de ressaltar os valores democráticos.

A Política Nacional de Defesa, particularmente, é o documento condicionante do mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional, coordenadas pelo Ministério da Defesa. Voltada essencialmente para ameaças externas, essa política estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militares e civil em todas as esferas do poder nacional em prol da defesa nacional.

Sr. Presidente, este PDC vem tratar da questão da defesa nacional, da soberania nacional. Não se trata de outra questão que não essa. É importante que cada país, cada Estado nacional, tenha um planejamento estratégico, uma política de defesa nacional.

As Forças Armadas brasileiras têm esse papel fundamental. É lógico que, em alguns momentos, elas têm agido em outras funções. No entanto, nós nos posicionamos contra a intervenção militar no Rio de Janeiro, porque nós queremos as forças de defesa nacional na defesa da soberania nacional, do território nacional, para evitar que o nosso território seja invadido em ações que não sejam do interesse da soberania nacional e para contribuir no combate ao tráfico de drogas e de outras mercadorias.

Por isso, nós estamos aqui em defesa desse PDC. Nós queremos que seja fortalecida a segurança nacional pelas Forças Armadas brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Declaro encerrada a segunda sessão de discussão, em primeiro turno.

Passa-se à votação.

Encaminhamentos. Há inscritos para encaminhar.

Para encaminhar contrariamente à matéria, está inscrito o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Sem revisão do orador.) - Considerando a importância estratégica do tema que é tratado por este PDC, realmente nos entristece falar em democracia e não termos a oportunidade de fazer um grande debate. Eu me referi, por exemplo, ao Livro Branco de Defesa Nacional e ao objetivo expresso na Lei Complementar nº 97, de 1999.

O Executivo, incluindo as Forças Armadas, como instituição do Estado brasileiro, é essencial à defesa da soberania territorial. O Congresso Nacional está longe de ter debatido esse tema. Qualquer um aqui sabe que este é um tema fundamental, mas esta votação certamente expressará um voto pouco aprofundado, pouco consciente do que está sendo votado. Por outro lado, é importante que a sociedade civil, o povo brasileiro, assuma como princípio a defesa da soberania. Essas são coisas muito importantes.

Mas, vejam só, o Livro Branco faz uma análise totalmente positivo da MINUSTAH. Ora, a MINUSTAH, como todos sabem, inicialmente foi comandada pelo General Augusto Heleno, futuro Ministro da Defesa, que é um soldado muito respeitado nas Forças Armadas.

No entanto, como cidadão, representante do povo paraense e do povo brasileiro, com muita humildade, mas com a honra de ter sido o mais votado do meu Estado, eu queria dizer que tenho profunda discordância em relação à visão dele sobre soberania, uma posição anti-indígena.

Basta ver o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Governo Lula: ele foi exonerado exatamente por tentar desmoralizar o seu comandante e chefe, desrespeitando um princípio de todo bom soldado, que é o princípio da hierarquia e da disciplina. Ele desrespeitou o Ministro Tarso Genro, desrespeitou o Supremo Tribunal e desrespeitou o então Presidente Lula depois que o Supremo consolidou o direito dos povos indígenas à Raposa Serra do Sol. O que ele defendia era a soberania? Não; ele defendia o direito de sete arrozeiros ao domínio daquela terra indígena.

A ação no Haiti foi uma vergonha para o Brasil, na minha avaliação. O pessoal sempre foi crítico a essa posição, principalmente porque a decisão de intervir no Haiti, de escorraçar e sequestrar um Presidente eleito, o Aristide, de intervir na soberania do Haiti, foi das potências que eu nomino: Canadá, Estados Unidos e França, sendo esta última a antiga colonizadora do povo haitiano. O Brasil se prestou a representar as forças de segurança da ONU naquela intervenção, numa verdadeira guerra civil, que depois inspirou a implantação das unidades policiais nas favelas no Rio e em todo o País, para, na verdade, matar preto e pobre da periferia, enquanto os chefes das organizações criminosas continuam em liberdade.

Este é um tema sério, que tem que ser debatido. Nós encaminhamos contra.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Pela Minoria, vai fazer uso da palavra neste momento o Deputado Pompeo de Mattos, pelo tempo regimental.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, findo o segundo turno da eleição, todos nós sabemos do resultado: o nosso colega Bolsonaro foi eleito Presidente do Brasil.

Eu quero deixar aqui bem claro desde logo que nós do PDT somos oposição, não aquela oposição raivosa do quanto pior melhor, do tipo *"se hay gobierno, soy contra"*, de ficar de maneira odienta torcendo contra o Brasil — não! Mas estaremos muito atentos, de olhos abertos, porque cabe a nós do PDT o papel de fiscais, o papel daqueles que vão estar acompanhando

pari passu a gestão para fazer as correções, as advertências, os apontamentos necessários para que o Governo tome o rumo certo e faça um governo bom não para si, mas para o Brasil e para os brasileiros. Esse papel nos cabe, até porque essa missão o povo brasileiro nos deu.

Nós queríamos ser governantes. Nós queríamos estar na linha de frente e, para isso, apresentamos o Ciro Gomes, que obteve 14 milhões de votos — 14 milhões de brasileiros confiaram no Ciro no primeiro turno.

Ele ficou na alma, ficou no sentimento, ficou no coração do povo, mas não foi para o segundo turno. Aliás, se fosse para o segundo turno, todas as pesquisas apontavam que o Ciro seria Presidente, ganhando do Bolsonaro.

Mas ele não passou do primeiro turno, e nós compreendemos o nosso papel, o papel de oposição, missão que o povo nos determinou e nos confiou. Nesta Casa, praticamente todos os partidos tradicionais tiveram as suas bancadas diminuídas: de 68 para 56; de 70 para 34, que é o caso do MDB; de cinquenta e pouco para 29; de cinquenta e tanto para trinta e pouco. Dos partidos tradicionais desta Casa, o PDT foi o que mais cresceu: de 19 Deputados, sua bancada aumentou para 29 Deputados, ou seja, cresceu mais de 50%. Isso tem um papel e um significado. Isso nos dá responsabilidade, dever, compromisso, obrigação, que nós vamos cumprir com muito prazer, porque fazemos o que gostamos, e quem gosta do que faz não se cansa.

Por isso, desde logo, eu quero aqui, na tribuna da Câmara dos Deputados, dizer muito claramente que nós vamos apreciar todos os projetos que aqui chegarem. Nós não vamos examinar o autor, mas, como diz o Dr. Brizola, o conteúdo. Não importa se o projeto é do Bolsonaro; se for bom para o Brasil, terá a nossa compreensão. Não importa se o Bolsonaro teve 50 milhões de votos; se o projeto for ruim, vai levar pau, vai levar crítica, vai ter as nossas observações, vai ter os nossos reparos. Vamos deixar isso bem claro.

Para tanto, nós queremos desde já demarcar nosso território. O novo Governo nem assumiu ainda, o Presidente Bolsonaro nem começou o seu Governo, e já falam de boca cheia que vão votar a reforma da Previdência, aproveitando-se do projeto que está aí no escaninho da burocracia, sobrestado, parado, como que escondido. Eles vão ressuscitar esse projeto, que o Brasil, esta Casa e todos nós conhecemos muito bem.

Pois eu quero dizer, desde logo, pelo tanto que sei, por aquilo que conheço do projeto, que ele é muito ruim. Ele é ruim, é mau, é bandido. Ele é um projeto ridículo, desavergonhado, maléfico. Ele é tão ruim que, embora já tenha sido debatido na Casa e o Presidente Temer tivesse maioria aqui, não se conseguiu colocá-lo em votação, porque se perdeu nos discursos, nos argumentos, não se sustentou. Por isso, o projeto ficou parado.

Aí veio a eleição, e nela esse projeto foi julgado: o povo disse "não" ao projeto da reforma da Previdência do Presidente Michel Temer. E disse um "não" rotundo, de tal maneira que aqueles que eram seus fiéis defensores sucumbiram nas urnas junto com o projeto, morreram junto. Os escudeiros do projeto da reforma da Previdência estão aqui moribundos nesta Casa, em fim de mandato, porque não voltaram, não se reelegeram. E eu quero creditar o tombo que tomaram, entre outras posturas que tiveram, à defesa absurda e intransigente desse projeto maléfico de reforma da Previdência.

Então, eu quero dizer que, se o Presidente Jair Bolsonaro e sua equipe de transição convencerem o Michel Temer e as suas lideranças nesta Casa a ressuscitarem esse projeto, retirando-o das catacumbas e colocando-o na ordem do dia desta Casa, vão levar pau, sem dó nem piedade.

Aliás, eu já advertia o cidadão e a cidadã de que, na reforma da Previdência, eles querem tirar o direito do agricultor e da agricultora de se aposentar. O idoso pobre aos 65 anos tem uma pensão para sobreviver dignamente ao final da vida. Eles querem que o idoso só receba a pensão aos 70 anos. Nesses 5 anos entre os 65 anos e os 70 anos de idade, o que acontecerá com o vivente? Vai virar "morrente". O infeliz vai morrer de fome, de raiva, de tédio, de nojo!

Esse mesmo projeto tira do viúvo e da viúva o direito de receber dignamente a sua pensão. Hoje, se o casal está aposentado e um deles vem a falecer, o outro herda essa aposentadoria em forma de pensão, fica com a sua aposentadoria e a pensão do falecido, porque a atividade da casa é a mesma, e ele, já idoso, precisa de cuidados ao fim da vida, precisa desse dinheiro. O que o projeto propõe? Que aquele que venha a morrer leve para o cemitério a aposentadoria junto e fique lá dizendo: "*Vem pra cá, meu bem; vem pra cá também*". É macabro! Nós não vamos aceitar isso.

Hoje, a pessoa com deficiência, comprovada essa deficiência, recebe um salário mínimo. O que o projeto do Temer, que o Bolsonaro quer ressuscitar, diz? Que a pessoa com deficiência não vai mais receber um salário mínimo, vai receber meio salário mínimo. Mas até as pessoas com deficiência? Desculpem-me a expressão inadequada, mas até os aleijados? Eles não têm dó, não têm piedade, não têm respeito, não têm vergonha? Esse projeto, eu disse e repito, é a vergonha da vergonha de quem tinha vergonha, perdeu a vergonha e virou sem vergonha! Será que nós elegemos gente tão sem vergonha a ponto de retomarem esse projeto desavergonhado para que seja votado aqui nesta Casa? Não com o meu voto, não com o meu apoio, não sem a crítica do PDT.

Por isso, nós viemos à tribuna de maneira enfática registrar a nossa indignação. Eu espero que o Presidente Bolsonaro não comece fazendo as coisas erradas antes mesmo de assumir. Eu faço esta advertência numa espécie de pedido. Eu espero que o Presidente Bolsonaro e a sua equipe não cometam o erro absurdo de ressuscitar o projeto do Temer, que já foi julgado na urna, já foi enterrado, morreu, sucumbiu, está no fundo das catacumbas. Não façam isso!

Agora, se fizerem, vão encontrar nesta Casa uma trincheira: a Oposição vai se levantar. O PDT agora, com a sua bancada aumentada em 50%, com 29 Deputados, vai levantar a voz e fazer fila na tribuna para dizer: *"Não! Não! Não! Não aceitamos de jeito nenhum que retirem direitos dos nossos trabalhadores, dos nossos aposentados. Eles precisam de dignidade! Dignidade! Dignidade!"*

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - O próximo orador inscrito é o Deputado Caio Narcio, que irá falar a favor do decreto. *(Pausa.)*

Ausente.

O Deputado Eron Bezerra tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. ERON BEZERRA (PCdoB - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Livro Branco de Defesa Nacional, na verdade, é um protocolo, uma regra, um ordenamento que o mundo inteiro é obrigado a cumprir. É preciso deixar claro qual é o papel das Forças Armadas em cada momento histórico. Eu pessoalmente defendo, para um país como o Brasil, uma tropa profissional, efetiva, e não arranjos. É preciso, portanto, que isso esteja claro, através de protocolos, de regras, para que não haja nenhuma dúvida e para que não se suprima da história o papel de cada um nesse contexto.

Mais do que discutir qual é o papel das Forças Armadas, qual é o papel da estrutura de defesa profissional de um país, que é uma coisa um tanto quanto óbvia, a mim interessa muito mais discutir se de fato é possível, se de fato é razoável um Governo que anuncia corte de despesas de toda monta assegurar minimamente a defesa de um País. Como é que se pode falar em defesa nacional quando se congela despesa pública?

Eu sou da Amazônia, sou do Estado do Amazonas. A Amazônia tem 5,5 milhões de quilômetros quadrados. Como é que se faz a defesa de uma região dessas com uma tropa sucateada, sem tecnologia, sem infraestrutura, sem nenhum tipo de apetrecho mais profissional? A nós aqui o que importa é exatamente debater isso. Como é que se quer, a um só tempo, fazer a defesa das Forças Armadas e congelar despesas de toda ordem, como faz o Governo que aqui está, do Temer, e o próximo que vai assumir, do Jair Bolsonaro, que igualmente anunciam o corte de tudo? Esse é o debate que se precisa encarar. Como é que se faz a defesa da Nação, como é que se faz a defesa de uma região estratégica como a Amazônia, quando se está completamente desapetrechado, sem nenhum instrumento mais efetivo, seja tropas, seja equipamentos, seja tecnologia, seja até mesmo presença física?

O Brasil precisa de mais Estado, e não de menos Estado. Nós precisamos de mais defesa, e não de menos defesa. Lamentavelmente, o caminho que este Governo trilha é o da não defesa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Passa-se à votação.

Em votação, em primeiro turno, o Projeto de Decreto Legislativo nº 847, de 2017, ressalvados os destaques.

Orientação de bancada.

Convoco as Lideranças das diferentes bancadas para a orientação.

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o PT, Deputado Ságuas Moraes?

O SR. SÁGUAS MORAES (PT - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota favoravelmente, até porque este PDC trata da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional. Nós, que sempre defendemos a soberania nacional, queremos a aplicação das Forças Armadas na defesa estratégica nacional.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores é favorável a esse projeto de lei. Votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Como vota o MDB? *(Pausa.)*

Como orienta a bancada o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Lincoln Portela.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota "sim", com plena consciência da necessidade que o Brasil tem de ajustar esta matéria. Após o trabalho muito bem elaborado também aqui na Câmara dos Deputados, parabenizando a Presidência por colocar este projeto em pauta, votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PSB?

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Uczai, o PSB reconhece que essa política do Livro Branco vem sendo estabelecida ao longo de várias audiências durante os Governos do Presidente Lula, da Presidente Dilma e do Presidente Michel Temer. É uma política que vem sendo estabelecida em comum acordo. Existe um sentimento de todos os partidos de que algo deve ser estabelecido com relação à defesa nacional. Isso é de comum acordo entre vários que passaram pelo governo nos últimos tempos.

Portanto, PSB é favorável ao projeto de decreto legislativo. O PSB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Como vota o PRB?

O SR. ROBERTO ALVES (PRB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o projeto envolve a defesa nacional, é do interesse do povo brasileiro. Portanto, o PDT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim".

Quero fazer uma homenagem à Deputada Jô Moraes, que presidiu a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e participou, inclusive, da Comissão de Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, que faz um diálogo com as Forças Armadas do Brasil.

O Livro Branco de Defesa Nacional é um instrumento da democracia brasileira, é um instrumento do Estado Nacional, é um instrumento que reafirma o papel constitucional das Forças Armadas do Brasil, que têm papel-chave, sobretudo na defesa da soberania nacional, na defesa do interesse nacional, na defesa da soberania do Brasil. O Livro Branco é uma obra permanentemente atualizada, e essa atualização que fazemos hoje é fundamental para que o conceito de defesa nacional se consolide no Brasil.

Por isso, o PCdoB vota favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PPS?

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PPS orienta "sim" e quer destacar que nós estamos falando do período de 2017 a 2020. Que na próxima legislatura nós consigamos garantir a aprovação dessa importante matéria que trata da defesa nacional, trata do Livro Branco, no prazo hábil, ou seja, dentro do prazo vigente, e não com 2 anos de atraso, como estamos aprovando na tarde de hoje.

Portanto, votamos "sim". Precisamos realmente aprovar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Como orienta o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL cumpre o seu dever de fazer do Parlamento o espaço do dissenso democrático. Estamos vendo aqui, ao que tudo indica, uma quase unanimidade dos partidos, mas nós queremos, ao encaminhar o voto "não", fazer ponderações, pensando no sentido da soberania nacional e da democracia.

São três documentos: Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional. E nenhum deles, nos seus vários posicionamentos, a maior parte deles muito corretos, diga-se, ressalta algo que a Comissão da Verdade pediu como providência número um, que é o compromisso radical com os direitos humanos, inclusive um olhar histórico sobre o papel que as Forças Armadas muitas vezes desenvolveram contra os direitos humanos — os arquivos, a abertura total —, inclusive descumprindo decisão da Corte Interamericana que condenou o Brasil por crimes cometidos durante a ditadura.

Então, nós vemos muitas lacunas, inclusive a concepção do nosso amálgama étnico que acaba jogando, um pouco, água no moinho daquilo que um General eleito Vice-Presidente da República disse: *"O Brasil é formado por um povo indígena que é preguiçoso, por um povo africano que é malandro — no mau sentido da palavra — e mesmo pelos privilégios da cultura ibérica"*. Isso é uma concepção forte que o documento não ataca suficientemente.

Não estamos obstruindo, mas fazemos questão de também analisar o papel das Forças no Haiti, que o documento elogia sem nenhum ponto crítico.

Tudo isso é uma posição histórica nossa. Portanto, nós manifestamos o nosso posicionamento contrário.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - PSDB, como se manifesta e orienta a sua bancada?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB se manifesta favoravelmente e salienta que, na própria exposição de motivos, os Livros Brancos são incentivados pela ONU e largamente utilizados em regimes democráticos, têm por objetivo tornar transparente e facilitar o acesso à informação para toda a sociedade, de forma a contribuir para o amplo debate sobre as questões de defesa.

Cabe destacar que a Política Nacional de Defesa explicita os três pilares da defesa nacional como sendo o desenvolvimento, a diplomacia e a própria defesa, fixando 28 diretrizes para a área, entre elas a solução pacífica de controvérsias, o multilateralismo no âmbito das relações internacionais e o uso sustentável dos recursos ambientais com respeito à soberania dos Estados.

Portanto, Sr. Presidente, somos favoráveis ao projeto.

Peço um instante a mais, por gentileza, para dizer que esse Livro Branco será o primeiro do novo Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que é um militar da reserva.

A expectativa de todos os militares e a minha, que participo há 28 anos da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e da qual fui Presidente duas vezes, é a de que as Forças Armadas, a Marinha, o Exército, a Aeronáutica e o Sistema Brasileiro de Inteligência — SISBIN, a ABIN e todos os órgãos sejam valorizados, equipados, reequipados e modernizados e de que o Exército Brasileiro, Marinha e Aeronáutica sejam modelares na América do Sul, nas Américas e no mundo.

Quero parabenizar o Estado-Maior das Forças Armadas e o Ministério da Defesa por esse trabalho e a todos os que colaboram com esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Como vota o Patriota? (*Pausa.*)

Como vota o PV? (*Pausa.*)

Como vota o PHS? (*Pausa.*)

Como vota a REDE?

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos votar "sim".

Fizemos um trabalho de obstrução há um tempo, porque havia até sumido o anexo desse projeto. Estava irregular a tramitação. A Consultoria da Mesa concordou com isso, houve todos os trabalhos saneadores da tramitação, e agora, realmente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 847 está apto para ser votado, com imperfeições porque somos humanos. Temos imperfeições. Também temos a previsão de revisão de tudo, de 4 em 4 anos, porque tudo isso estará sempre em evolução, sempre haverá algo a acrescentar e sempre haverá uma metodologia, algo do gênero para melhorar o desempenho das garantias brasileiras que são providas pelas Forças Armadas.

Nosso voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - O.k.

Como vota o Democratas?

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade, este projeto de decreto legislativo já deveria ter sido votado desde 2016. Este projeto trata de capacitação, dos pontos de fronteiras das Forças Armadas, de material bélico. Enfim, é um projeto importantíssimo. É lamentável que não o tenhamos votado. Ele é feito quadrienalmente. Estamos meio atrasados. Por isso, é importante votarmos esta matéria. Trata-se de efetivo, capacitação. O material bélico das Forças Armadas será reavaliado. É um projeto de grande importância para as Forças Armadas do nosso País.

Em virtude disso, mesmo de forma atrasada, vamos orientar o voto "sim". Peço a compreensão dos colegas para que votem "sim" ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Como vota o PPL? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

Como vota o Maioria? (*Pausa.*)

Como vota a Oposição? (*Pausa.*)

Como vota o Governo? (*Pausa.*)

Como vota o PSL?

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSL orienta o voto "sim".

Quero deixar um recado para alguns Parlamentares que discursaram mais cedo. O Governo do nosso Presidente Jair Bolsonaro nem se iniciou e já estão com uma bola de cristal, estão dizendo que vai ser pior do que o Governo Temer. Eu acho que esses Parlamentares são parentes de Mãe Dináh, são adivinhos.

Eles comparam o Governo de Bolsonaro com o Governo de Temer, mas eu quero lembrar aos colegas esquerdistas que Temer é cria do PT. Não podem esquecer que Temer é cria do PT, está Presidente em razão do PT. É bom eles tomarem um fosfozól para a memória e lembrarem-se disso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Em votação.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Falta a Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Como vota a Oposição?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Temer é fruto de um golpe, de um golpe.

A Direita teve que se utilizar de um golpe para impor um programa extremamente nefasto para o País, de entrega do Brasil, do pré-sal para a Shell e para a Esso, e não para a saúde e a educação; de tentativa de venda da ELETROBRAS, e agora querem também calar as escolas.

A Oposição vota favorável a esse projeto. Ficamos muito felizes hoje por eles não terem conseguido avançar no Escola sem Partido, que tem um substitutivo que proíbe a utilização da palavra "gênero". Isto é gênerofobia, é uma fobia morfológica. Eles proíbem a utilização nas escolas da palavra "gênero" e da expressão "orientação sexual". São as fogueiras metafóricas, é o obscurantismo que agora se sente à vontade depois da eleição de Jair Bolsonaro. Ele não teve coragem de dizer que é uma reprodução aprofundada do Governo de Michel Temer, tanto é que vai aproveitar parte da equipe, tanto é que estão de braços dados. Isto foi dito inclusive por um dos Ministros de Temer, Carlos Marun, e o próprio Michel Temer disse que votaria em Bolsonaro, porque ali é o neoliberalismo tendo que se utilizar do neofascismo para impor um projeto que foi derrotado quatro vezes nas urnas.

Portanto, não é o Governo do PT que está tentando acabar com a aposentadoria, é o Governo Temer/Bolsonaro. Não foi o Governo do PT que criou 14 milhões de desempregados, foi o Governo Temer. E não é o Governo do PT que quer vender o País. É o Governo Temer/Bolsonaro.

A verdade dói!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.

A matéria vai à discussão em segundo turno, obedecendo o interstício nos termos do art. 143, alínea "f", do Regimento Comum do Congresso Nacional.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) - Posso fazer um registro, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante, para fazer um registro. Em seguida, vamos dar um novo encaminhamento pela Mesa.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Com muita alegria, quero receber aqui a Prefeita Margareth, da cidade de Italva, Município do meu Estado; o seu esposo, Joelson Soares, que é Secretário daquela cidade. Quero desejar a eles as boas-vindas, mais uma vez, à Brasília, nesta semana em que os Parlamentares vão fechar a indicação de suas emendas.

Quero dizer que nós temos compromisso com Italva e com a maioria dos Municípios do nosso Estado, os quais temos atendido através das nossas emendas.

Sejam bem-vindos! Bem-vindo, Eron, Secretário de Governo de São Pedro da Aldeia.

Que esta semana possa ser muito produtiva, que os senhores possam voltar aos seus Municípios com bons resultados. Tenho certeza de que a bancada federal aqui em Brasília estará atenta às necessidades dos Municípios do nosso Estado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - O Presidente do Congresso Nacional faz o seguinte comunicado:

À Sua Excelência o Senhor

Deputado Rodrigo Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência e, por seu intermédio, à Câmara dos Deputados, que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional para terça-feira, dia 6 de novembro de 2018, às quatorze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos Vetos nºs 19, 20, 22, 25, 29, 31, 33, 35 e 36 de 2018 e dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 11, 14, 15, 16 e 19 de 2018.

Atenciosamente,

Senador Eunício Oliveira

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, apenas gostaria de deixar um discurso como lido, pela importância da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Chico Alencar e, em seguida, a lideranças do bancada do Partido dos Trabalhadores, ao Deputado Reginaldo Lopes e à Deputada Erika Kokay.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF) - Sr. Presidente, apenas gostaria de saber se V.Exa. sabe alguma coisa sobre o painel de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Amanhã só haverá sessão de debates. Não haverá sessão deliberativa. Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria apenas de deixar registrado nos Anais da Casa nosso alentado arrazoado que explica nossa posição em relação à matéria recém-aprovada, trazendo nossos óbices, nossas argumentações. Para nós, isso é muito importante.

É evidente que somos defensores não só da Defesa Nacional — que faz a defesa de nosso povo, inclusive do mais abandonado, afundado na ninguémdade e na negação dos direitos da cidadania —, mas também da soberania nacional, e entendemos o papel estratégico das Forças Armadas, sempre sob o comando do poder civil, via eleições democráticas diretas, na República.

Queremos registrar nos Anais da Casa a posição do PSOL, com seus fundamentos.

Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Obrigado, Deputado Chico Alencar.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edmilson Rodrigues, para um breve registro, e, em seguida, pelo tempo de bancada, ao Sr. Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço.

O Ministro de Estado dos Direitos Humanos fez publicar, no Diário Oficial da União, uma decisão da 53ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Eu queria anunciar, com muita honra, que a Presidente do GEMPAC, que é o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará, a minha querida amiga Lourdes Barreto, aos 76 anos, na condição de representante de notório conhecimento das questões de gênero, foi aprovada para compor, entre 2018 e 2021, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Parabéns, Lourdes Barreto!

Obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de fazer um pequeno registro. Eu tenho a honra e a alegria de receber o Vereador Jefferson Mamede pela primeira vez aqui no plenário. Ele é Vereador em Barra Mansa e muito nos ajudou neste último pleito. Faço questão de registrar a presença dele aqui.

O Vereador veio em busca de emendas, juntamente com o Prefeito Rodrigo Drable, e foi muito bem recebido pelo Deputado Deley, que solucionou grandes problemas do Município de Barra Mansa e região no dia de ontem. A presença dele no plenário é uma honra muito grande.

Quero registrar aqui a minha gratidão a ele, à sua equipe e a várias pessoas que nos ajudaram neste último pleito, bem como ao Prefeito Rodrigo Drable.

Seja muito bem-vindo, querido Vereador Jefferson Mamede, colega batalhador do Município de Barra Mansa!

Obrigado, Deputado Reginaldo, pela cessão desse 1 minuto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir, do PSL de Goiás. Em seguida falará o Deputado Reginaldo Lopes. Vamos alternando a palavra, de forma generosa, entre os colegas. Vamos todos nos comunicar.

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma desafio aos meus amigos petistas: vamos aprovar a reforma da Previdência da Presidente Dilma.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - O Onyx Lorenzoni não quer!

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO) - Eu queria desafiar vocês: vamos aprovar a reforma da Previdência da nossa Presidente.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Acerta com o Ministro Onyx. Ele que é contra!

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO) - Vamos fazer essa reforma. Vamos desafiar o PSOL e fazer essa reforma.

Eu queria lembrar aos amigos brasileiros e brasileiras mais um detalhe: o PT gosta tanto de trabalhador que deixou 14 milhões de desempregados. Quero só lembrar esse pequeno detalhe.

Está aqui o meu desafio: vamos aprovar a reforma da Previdência, ou a do Presidente Lula, ou a da Presidente Dilma.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - O PSOL vai ser contra essa maldade contra o povo.

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO) - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Vamos defender a sua categoria de policiais para que não percam a aposentadoria.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes, que falará pela Liderança do PT.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero começar dizendo que, ao contrário dos nossos adversários, o nosso partido reconheceu o resultado das urnas. Isso não ocorreu nas eleições de 2014, quando a Presidenta Dilma foi legitimamente eleita.

Não é verdade o que disse o Deputado Delegado Waldir, que no Brasil havia 14 milhões de desempregados. Pelo contrário, naquele momento, o Brasil viveu pela primeira vez a experiência do pleno emprego. Havia, de acordo com o IBGE, 4,6% de desempregados. Portanto, naquele momento, a Oposição não reconheceu o resultado das urnas, com a derrota do seu candidato, o então Senador, hoje Deputado eleito, Sr. Aécio Neves, que, junto com Eduardo Cunha — todos conhecem a história —, conspirou contra o Governo da Presidenta Dilma e encaminhou para esta Casa um conjunto de pautas-bombas para sabotar e inviabilizar o Governo de uma Presidenta eleita.

O fato de reconhecermos o resultado das urnas e a eleição de Jair Bolsonaro não quer dizer que nós não temos autoridade para questionar alguns métodos utilizados. O que aconteceu nas vésperas do primeiro turno foi muito grave, Deputada Erika Kokay. Utilizaram instrumentos proibidos pela legislação eleitoral; utilizaram um esquema criminoso de um conjunto de empresas, as quais estão sob investigação, evidentemente; utilizaram dinheiro não contabilizado, o que significa caixa dois; dispararam milhões e milhões de mensagens, via WhatsApp, com mentiras contra o nosso Partido dos Trabalhadores e também contra o nosso candidato.

Isso é um crime eleitoral. Infelizmente a Justiça Eleitoral do País e as nossas instituições não conseguiram, no momento exato, apurar, investigar e impedir a utilização desse instrumento.

Então, queremos dizer aqui que é fundamental para a consolidação da democracia que o Estado brasileiro tenha instrumento e legislações fortes para proibir a utilização das chamadas *fake news*, que são inverdades disparadas para milhões de eleitores, tentando mudar ou construir uma imagem negativa em relação aos adversários.

Portanto, no dia de ontem, apresentamos um projeto sobre *fake news*, e esta Casa, esta instituição tem que dar uma resposta, tem que buscar legislações fortes nesse sentido.

Inclusive a própria eleição de Jair Bolsonaro exige dos Poderes que eles estejam mais fortes para resistir, porque, se for verdade o que ele prometeu e o que falou nesses 28 anos de vida pública, a democracia brasileira corre sério risco, em especial as maiorias deste País, que são os negros, as mulheres, as domésticas, a comunidade LGBT.

Nós não vamos, em hipótese alguma, aceitar algum tipo de retrocesso nas garantias, nas liberdades individuais e inclusive coletivas. Entendemos que é um absurdo o que está sendo divulgado na mídia, através da equipe econômica de Jair Bolsonaro, através do Paulo Guedes, sobre a questão da proposta da reforma previdenciária.

Na minha opinião, isso será um retrocesso histórico para os direitos do povo brasileiro. Estão buscando um modelo que já foi testado em outros países, inclusive no país vizinho da América Latina, o Chile, que é o modelo de capitalização, um modelo que vai aumentar muito a exclusão e com certeza vai prejudicar bastante o próprio desenvolvimento da economia brasileira e o mercado interno brasileiro.

Todos nós sabemos muito bem que a previdência pública no Brasil é o maior e melhor instrumento de distribuição de renda, porque é um modelo de repartição que garante aos mais pobres o direito sagrado, o direito humano de ter uma aposentadoria. Isso ocorre no caso dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar — não é, Deputado Pedro Uczai? V.Exa. conhece isso muito bem; ocorre na questão dos idosos deste País, porque 80% dos idosos, se não fosse a proteção da aposentadoria por idade, estariam na condição de pedintes; e ocorre em vários outros direitos ligados às mulheres, aos deficientes físicos, à LOAS, porque buscam desvincular a aposentadoria do salário mínimo.

Portanto, é evidente que o Brasil precisa como nunca de instituições fortes, de um Parlamento, de um Legislativo independente, autônomo e forte, que imponha sua pauta, que resista aos atos autoritários do candidato que sempre se posicionou contra o Parlamento e contra a democracia. O Deputado Jair Bolsonaro, hoje eleito Presidente da República, nunca teve muito apreço pela democracia.

Também quero dizer que precisamos construir um instrumento aqui no Parlamento, que deveria criar um observatório da violência política. Isso porque vemos noticiado nos jornais, todos os dias, que a violência política por intolerância ou por não aceitação das diferenças, Deputado Edmilson Rodrigues, tem aumentado muito no Brasil.

Este Parlamento tem que criar um canal, um instrumento, para fiscalizar, receber e encaminhar qualquer ato de não aceitação da diferença ou de intolerância ou de violência política contra qualquer cidadão brasileiro que pensa diferente.

Portanto, é fundamental esta Casa preparar-se para fazer esse enfrentamento, que é, na verdade, a defesa da democracia. Este Parlamento é a Casa do Povo, é a Casa da Democracia, e deve estar preparado para os novos tempos.

Passo uma parte do nosso tempo para a Deputada Erika Kokay.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Faltam 2 minutos e 20 segundos para concluir o tempo da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - As pessoas estão sendo muito desrespeitadas neste Parlamento. Nós estamos vendo o Governo eleito já dizendo o que vai acontecer aqui, sem fazer qualquer tipo de discussão com esta Casa.

Esta Casa, este Poder Legislativo, que é um poder plural e, portanto, tem uma diversidade imensa que representa o conjunto das opiniões políticas deste País, precisa ser respeitado. Um Executivo que não respeita o Parlamento é um Executivo que não esconde o seu autoritarismo.

Eu lembro que o candidato que foi eleito dizia que não iria respeitar um resultado das urnas que não fosse um que lhe desse a vitória. Quem fala isso está mandando outra mensagem: que não vai respeitar a vontade desta Casa se ela não estiver coadunada com a sua vontade. Portanto, ele está cerceando a liberdade deste Parlamento.

Dizer que vai aprovar a reforma da Previdência e discutir como se não houvesse este Parlamento; dizer que vai reduzir o número de Parlamentares, porque a maioria deles não contribui com o processo legislativo é um desrespeito a este Parlamento.

Por isso, neste momento, é importante fazermos uma grande frente em defesa da democracia, para que possamos conter todos os arroubos dos que acham que os problemas brasileiros se resolvem com armas. Os problemas brasileiros se resolvem com políticas públicas, com cidadania.

Nós não vamos, continuando esse desrespeito com o outro quando ele é diferente, romper uma desumanização simbólica que deriva de uma eliminação de mais de 60 mil brasileiros e brasileiras. Nós vamos, enquanto houver aval e salvaguarda para que as mulheres não carreguem, na pele e na alma, as marcas de uma violência doméstica e de uma violência misógina e sexista, romper essa desumanização simbólica.

Concluindo, Presidente, nós estamos vivenciando um profundo autoritarismo que quer romper a função do Estado e fazer com que tenhamos o luto das casas-grandes e senzalas. Quando se busca submeter o Ministério do Meio Ambiente ao Ministério da Agricultura e se entrega este Ministério, como se estivéssemos nas capitânias hereditárias ou nas sesmarias, como se estivéssemos ainda no colonialismo, quando os donos da terra, amigos do rei, tinha seu quinhão e se sentiam também donos das pessoas... Ah, nós vamos permitir que se entregue o Ministério da Agricultura — nem que a ele seja subordinado o Ministério do Meio Ambiente — para aqueles que defendem o agrotóxico liberado, que defendem a devastação das nossas florestas.

Nós estamos vivendo tempos muito duros, muito duros, mas vamos resistir a eles!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - O próximo inscrito é o Deputado Daniel Coelho. Mas, com a generosidade do Deputado, concedo 1 minuto ao Deputado Pr. Marco Feliciano, do PODE de São Paulo, para um registro.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PODE - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, nobre Deputado Daniel, que permite aqui esta pequena intervenção, eu quero apenas lembrar ao Brasil que há 501 anos, nas portas da Catedral de Wittenberg, o grande Martinho Lutero dava um grito de liberdade contra a corrupção que havia dentro do clero daquele tempo, do seu momento, como a venda de indulgências e coisas mais.

Martinho Lutero foi um grande herói para todos nós que somos protestantes, abriu um caminho novo e, com o grito "*O justo viverá da fé*", cunhou no coração de todas as pessoas que Cristo está acima da política, está acima do pensamento humano, está acima do materialismo.

Por isso, parabéns a toda a comunidade protestante mundial, que hoje comemora os 501 anos da Reforma Protestante, tão importante foi que inclusive auxiliou nesse processo de Estado laico, no processo da criação da democracia, para que não houvesse apenas um viés ideológico ou religioso! Parabéns aos protestantes de todo o Brasil!

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja registrado nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Daniel Coelho, do PPS de Pernambuco. Em seguida falarão os Deputados Edmilson Rodrigues e Esperidião Amin.

O SR. DANIEL COELHO (PPS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente Deputado Pedro Uczai.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje eu venho a esta tribuna para colocar a indignação que é compartilhada pelo povo do Estado de Pernambuco com a iniciativa de ontem do Governador do Estado, Paulo Câmara, do PSB, e da sua aliança de acabar com a DECASP, delegacia que vinha cumprindo um excelente papel na fiscalização, na prisão, na punição daqueles que cometem crimes contra a administração pública, crimes de corrupção. O trabalho da DECASP estava sendo elogiado pelo povo de Pernambuco, pois ela vinha prendendo pessoas influentes do meio político, do meio empresarial e do setor público que desviavam recursos públicos.

O que nos preocupa — por isso a indignação da população — são as próprias alegações do Governo na justificativa da aprovação dessa matéria. O Governo mesmo diz que deixou para enviar esse projeto, que acaba com a delegacia que vinha combatendo a corrupção, à Assembleia depois do período eleitoral, depois do calor da eleição. E o pior: em regime de urgência. O próprio Governo diz que essa matéria estava pronta para ser votada desde abril deste ano. Se não houve urgência de abril até o dia da eleição, por que a urgência para votar no primeiro dia após as eleições, após o segundo turno da eleição?

Está muito evidente o estelionato eleitoral, a mentira que foi contada ao povo de Pernambuco. É evidente que esse fato teria repercussão na própria eleição. A população apoiava e apoia as ações da polícia no sentido de combater a corrupção, de prender aqueles que estão desviando os recursos da nossa população, tirando os recursos da saúde, da educação e da segurança.

É lamentável essa atitude do Governo, bem como a daqueles que apoiam essa medida. O povo pernambucano está completamente indignado com a maneira rasteira que o PSB tem agido. Por que não assumiram isso no pleito eleitoral? Por que não enviaram a matéria sem regime de urgência para a Assembleia Legislativa para que ela pudesse ser debatida com a sociedade?

Temos hoje as posições colocadas do Ministério Público do Estado de Pernambuco, da sociedade civil, todas repudiando essa medida autoritária de quem quer proteger os corruptos.

Não dá para aceitarmos as alegações do Governo, principalmente pelo fato de ele próprio reconhecer que a urgência foi deixada para depois do pleito, ou seja, primeiro se faz o voto, se engana o eleitor, e depois se coloca para votar uma matéria que evidentemente não tem o respaldo da sociedade.

Fica aqui registrada a nossa indignação, em nome do povo de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Pedro Uczai, queria ler duas manchetes publicadas pela grande imprensa no Estado do Pará, mais especificamente do jornal *O Liberal*.

A primeira delas é *Quadrilha explode muro de presídio*. Só para termos uma ideia, são mais de 400 foragidos do sistema prisional paraense, um índice alarmante. Isso explica, em grande medida, os índices de violência.

A segunda manchete é *Medo toma conta do Tapanã*. Eu diria que toma conta de Belém e do Pará. O Governo de Simão Jatene, um Governo tucano, cruzou os braços, abandonou a segurança do Estado do Pará.

Presidente Pedro, observe só: depois da morte do Sargento João Batista Menezes — e quero me solidarizar com sua família —, não há justificativa para que grupos milicianos saiam fazendo justiça nos bairros periféricos de Belém.

Na matéria *Medo toma conta do Tapanã*, há uma frase assim: "*Quem manda aqui é a milícia, não o ladrão*". Montados em uma moto, eles metralharam 11 pessoas, assassinaram 8. Nenhum deles tinha passagem pela Polícia. Mas eles disseram que quem manda é a milícia, e não o ladrão. Para fazer justiça, eles — suponho que sejam milicianos fardados —, na "hora", entre aspas, em que deveriam se dedicar ao lazer, à família, estão matando inocentes. Isso é inadmissível!

Eu sou solidário aos direitos dos policiais civis e militares, mas temos que combater as milícias, mesmo que elas tenham apoio do Presidente eleito.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Tem a palavra o Delegado Waldir, por 1 minuto.

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria lembrar ao meu amigo Deputado Reginaldo que essa especialidade caixa dois o PSL não quer. Meu irmão, meu amigo, nós não queremos essa especialidade. Eu acho que V.Exa. conhece a Sra. Dilma. Há uma matéria do jornal *O Globo* em que a Mônica Moura, que eu acho que V.Exas. também conhecem muito bem, diz o seguinte: "*Negocie pessoalmente caixa dois com a Presidente Dilma*". E olhem que ela era petista! Há ainda uma matéria intitulada *Tesoureiro da campanha de Haddad é investigado por caixa dois*.

Então, não vamos ficar lavando roupa suja antiga, não! Vamos pensar no Brasil daqui pra frente. Vamos votar a reforma da Previdência da Presidente Dilma. Deixo este desafio aqui.

Um abraço, meu amigo Reginaldo. Um abraço, meu povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar. Em seguida, falará a Deputada Erika Kokay.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, hoje é o último dia do mês de outubro, outubro da Revolução de 1930, antioligárquica, que não criou bases suficientemente profundas para republicanizar a República brasileira.

Falando aqui de caixa dois, de corrupção, de mensalão, de petrolão, de mensalão do DEM, de trespasse do PSDB, enfim, desses escândalos todos que acabaram por atingir a casta política brasileira de todos os partidos, é bom lembrar que república devia significar, como princípio básico — e este é o melhor antídoto contra qualquer corrupção —, transparência absoluta na gestão pública, controle social de todas as instâncias, inclusive do Judiciário e do Ministério Público. Esse é um desafio que está posto para nós.

Eu comecei lembrando o calendário do mês de outubro, que se encerra hoje, a Revolução de 1930, que foi portadora de esperanças tenentistas de uma refundação da República, que envelheceu muito rapidamente desde a proclamação. Mas eu me lembro também do novembro desta própria proclamação. E o desafio para nós é a sua reproclamação, sem salvacionismos, sem redentorismos judiciais. Nenhuma operação judicial, em lugar nenhum do mundo, transformou profundamente a sociedade.

O desafio que está colocado para todos nós, no Parlamento e fora dele, é sobretudo o de democratização da vida brasileira. A nossa democracia é de baixíssima intensidade, a ponto de ter vencido a eleição presidencial alguém que se recusou, de maneira inédita, a participar de qualquer debate no segundo turno. Nós sempre criticamos quem não participou de debates, inclusive no primeiro turno. Aqueles que em geral despontam com um favoritismo enorme parece que se veem desobrigados de se apresentar à população para o crivo crítico da cidadania. Agora, num segundo turno, havendo só dois contendores, com tempo para explicitar projeto de nação, visão de mundo, Bolsonaro não topou nada.

Ainda vem a Ku Klux Klan e faz elogio àquele que pensa como eles. É drástico, é dramático, é terrível. Isso é sombra no horizonte da República brasileira.

No dia 10 de dezembro é comemorado o Dia Internacional dos Direitos Humanos. É preciso que o povo brasileiro se erga em defesa desses direitos básicos, igualmente ameaçados. Os direitos humanos do Brasil estão sob risco, e cabe a cada um de nós, à nossa população inteira, defendê-los intransigentemente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Passo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino, para um registro.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Trata-se de um breve registro: encontra-se aqui no plenário o Deputado Estadual Zé Neto, da Bahia, Líder do Governo na Assembleia, que foi eleito Deputado Federal pela Bahia com 130 mil votos. A partir do dia 1º de fevereiro ele estará em nosso convívio.

Então, registro que o Deputado Zé Neto, Deputado Federal eleito pelo PT da Bahia, neste momento está aqui em nosso plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Obrigado.

Tem a palavra o Deputado Expedito Netto.

O SR. EXPEDITO NETTO (PSD - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar todos os nobres colegas Deputados e dizer que o Governo tem se preparado para votar a reforma da Previdência ainda este ano.

Gostaria, primeiramente, de agradecer todos os votos que o povo rondoniense depositou em mim nessas eleições e dizer que mantereí o meu posicionamento contrário à reforma da Previdência.

Votar essa reforma da Previdência este ano, com Deputados que não ocuparão as cadeiras aqui já no próximo ano, me cheira a golpe: golpe contra a população; golpe contra o povo; golpe contra o trabalhador.

E eu me mantereí na mesma linha em que trabalhei no meu primeiro mandato, nos meus primeiros 4 anos. E podem ter certeza todos os eleitores que, em Rondônia, depositaram o voto em mim e que acreditaram que eu poderia continuar representando todas aquelas pessoas: eu votarei contra essa reforma da Previdência. Eu votarei a favor do povo; eu votarei a favor do trabalhador.

Uma reforma votada ao final, à toque de caixa, não pode ser aceita pela nossa população. Ela deve ser feita às claras, discutida com o povo. Eu voto "não", representando todos os votos que eu obtive no meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, nobres companheiros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Obrigado, Deputado Expedito Netto.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O fato de estarmos com o fascismo em dedo em riste, espreitando as nossas vida, faz lembrar que, na época do AI-5, foi dito por Pedro Aleixo — dizem alguns — que o que ele temia era o guarda da esquina. Está-se criando um sentimento de que o outro não existe. É isso o que estamos vendo na morte, no assassinato de pessoas, de mulheres, algumas trans, sob os gritos de "Viva Bolsonaro!".

É como se nós tivéssemos um fascismo contido pelo poder da democracia, como se a democracia, rompida, sentida, ferida com o golpe que está em curso neste País, possibilitasse a vinda desse fascismo, lembrando o que Freud fala em relação ao retorno do reprimido, que se dá com muita força, como água que rompe um dique. É como se cada um de nós estivesse achando que pode impor a sua vontade sobre o outro e que não há que se ter respeito pela diversidade e pelo pensamento, aliás, pelo pensamento que não está coadunado com suas próprias ideias.

Foi isso que foi dito uma semana antes das eleições pelo próprio candidato, que falou que as pessoas poderiam escolher entre estar na cadeia ou estar fora do Brasil, fazendo lembrar o lema *Brasil, ame-o ou deixe-o*, como se nós não tivéssemos o direito de estar aqui.

Grande parte dos apoiadores de Bolsonaro estão hoje muito constrangidos, porque fizeram campanha dizendo que eram contra a reforma da Previdência, e agora o candidato Bolsonaro está discutindo impor essa reforma.

O seu mentor econômico já precificou as nossas empresas, já disse quanto valeria a Caixa, o Banco do Brasil, a ELETROBRAS, ou seja, abriu mão de qualquer projeto de desenvolvimento nacional. E não vai conseguir conter o desarranjo ou desajuste fiscal que ameaça a regra de ouro neste Brasil, embora esteja querendo cortar... A proposta de Orçamento foi encaminhada pelo Governo Temer, que é o precursor e o mentor, eu diria, do Governo Bolsonaro. Achar que Bolsonaro se contrapõe a Temer é não ver as evidências. Por isso, o Brasil corre muito perigo.

Eu encerro, Presidente, fazendo uma homenagem muito especial a Drummond, que, se vivo estivesse, estaria completando no dia de hoje 116 anos, pois nasceu em 1902. Como dizia Drummond, eu não canto um mundo caduco, tampouco sou profeta de um futuro; nós estamos presos à vida e, ainda que meus companheiros estejam taciturnos, temos a convicção de que nutrem profundas esperanças. Portanto, Drummond, que disse mais ou menos isso, faz um par muito perfeito com Guimarães Rosa, que fala que a vida exige de nós coragem.

Em nome de Drummond, nós cantamos o mundo do amor.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Tem a palavra o Deputado Aliel Machado.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu só quero registrar uma nota de pesar. Nosso colega Cesar Silvestri, ex-Deputado Federal e ex-Deputado Estadual, faleceu, no último dia 21, no Estado do Paraná. Pai do atual Prefeito do Município de Guarapuava, Cesar Silvestri Filho, esposo da Deputa Estadual Cristina Silvestri, ele, infelizmente, após uma depressão, acabou tirando a sua vida. No entanto, deixou um legado muito bonito no Estado do Paraná, uma família honrada, tradicional, da política paranaense.

Deixo aqui o nosso pesar a todos os seus familiares, especialmente ao seu filho, Prefeito de Guarapuava, e à sua esposa, Cristina Silvestri, bem como a lembrança pelo excelente trabalho realizado nesta Casa em seus três mandatos como Deputado Federal. Ele foi Chefe da Casa Civil do Estado do Paraná e Deputado Estadual, mas, principalmente, foi uma pessoa séria, uma pessoa honrada.

Registramos aqui o nosso carinho e o nosso respeito a todos os moradores de Guarapuava.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Tem a palavra o Deputado Wilson Filho.

O SR. WILSON FILHO (Bloco/PTB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu apenas gostaria de fazer um pedido ao Ministério da Agricultura, ao Diretor-Presidente da CONAB: olhe para a Paraíba com um olhar especial. A CONAB, em João Pessoa, tem hoje milho estocado, mas não há liberação para os agricultores. Em Campina Grande, está faltando milho. Na cidade de Sousa também está faltando milho. A solução disso é muito importante para Estados como a Paraíba, que tem boa parte da sua economia baseada na agricultura familiar e na pecuária.

Para finalizar, gostaria de dizer que esta Casa vai perder um grande Deputado, em termos não apenas de altura, mas também de qualidade: o Deputado Alex Canziani.

Deputado Alex, esta Casa perde muito com a sua ausência no próximo ano.

V.Exa. foi um dos Deputados que mais trabalhou pelo desenvolvimento do Paraná e pela educação do Brasil, sendo Relator e autor de diversos projetos importantíssimos.

Eu fico triste com a sua ausência, mas feliz porque o Paraná ganhou uma Deputada jovem e competente, que, com as próprias ideias, mas sempre recebendo os melhores conselhos, será uma excelente Deputada. Fico triste por não poder ser seu colega no próximo ano, mas tenho certeza de que os Parlamentares que aqui estarão terão o mesmo orgulho de tê-la como colega, assim como eu tive orgulho de ter o Deputado Alex Canziani como colega.

Parabéns, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Tem a palavra agora o Deputado Alex Canziani, que dispõe do tempo regimental da Liderança do seu partido.

O SR. ALEX CANZIANI (Bloco/PTB - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deputado Pedro Uczai, quero, primeiramente, dar-lhe parabéns pela bela vitória. V.Exa. foi um dos mais votados — o terceiro mais votado — de Santa Catarina, o que mostra o reconhecimento da população de seu Estado pelo seu trabalho, pela sua dedicação à educação, ao Estado Santa Catarina e ao Brasil.

Saúdo também com muita alegria o nosso querido Deputado Wilson Filho, que foi um brilhante Deputado nesta Casa e fez grandes contribuições não só para a educação, mas para o Brasil como um todo. Quando da votação da reforma do ensino médio, ele foi o Relator aqui na Câmara da Comissão Especial e, depois, acabou sendo Relator Revisor do projeto que deu origem a essa lei tão importante, que vai dar uma nova perspectiva para o ensino médio no País.

Muito obrigado, Deputado! Desejo-lhe sucesso. V.Exa. agora sai da Casa também para ser Deputado Estadual, mas, com muita alegria, vemos a volta do seu pai, Wilson Santiago, ao exercício do mandato de Deputado Federal. Com certeza, ele vai trabalhar em conjunto não só com o nosso partido, mas com o Parlamento como um todo.

Quero dizer da nossa alegria, Sr. Presidente, de estar aqui nestes dias após as eleições, eleições que elegeram Bolsonaro como o nosso Presidente da República. Temos a expectativa de que ele possa, através do seu trabalho e da sua equipe, desenvolver o País e, acima de tudo, atender à expectativa da população do Paraná e de todo o Brasil.

Houve uma votação histórica no Estado do Paraná. Está aqui o Deputado Luiz Carlos Haully, que também é de Londrina, onde mais de 80% da população apoiou a eleição de Bolsonaro para a Presidência da República. A nossa expectativa é que ele possa desenvolver um trabalho em parceria com o nosso Congresso e que ele tenha a ousadia de propor rapidamente, logo no início do seu mandato, medidas importantes para o Brasil.

Na minha visão, Sr. Presidente, para o nosso País, a mais importante medida que o Presidente tem que tomar logo no início do próximo mandato é encaminhar a reforma da Previdência. Espero que o Congresso tenha a grandeza de votar essa matéria tão importante, para que tenhamos o ajuste fiscal no País e para que possamos preparar para as próximas gerações a questão da Previdência, que é fundamental para o nosso País.

O Deputado Aliel Machado mencionou o falecimento do nosso ex-Deputado Cezar Silvestri. Eu quero lamentar esse fato. Ele foi uma pessoa com que eu convivi como Deputado Estadual, como Deputado Federal e como Secretário de Estado. Ele deu grandes contribuições à sua cidade de Guarapuava, ao Estado do Paraná e ao Brasil como um todo.

Eu não posso deixar de reconhecer o trabalho fantástico que ele fez de levar para a cidade de Guarapuava um belo *campus* da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ele teve capacidade de articulação para levar para a nossa querida cidade de Guarapuava um *campus* muito bonito, que gera diversas oportunidades para jovens não só de Guarapuava, mas também do centro do Paraná, do Paraná como um todo e, por que não dizer, do nosso País. Foi uma pessoa que deu grandes contribuições.

Quero deixar o nosso abraço ao inovador Prefeito Cezar Silvestri Filho e as nossas condolências à Cristina Silvestri, que é esposa e Deputada Estadual. Sem dúvida, o nosso querido Cezar Silvestri deixou um grande legado para o Paraná e para o Brasil.

Também quero dizer, Sr. Presidente, que hoje a bancada do Paraná se reuniu para discutir as emendas que vamos apresentar ao Orçamento da União. Para a nossa satisfação, nós contamos com a presença daqueles dois candidatos que disputaram as eleições no Estado, da atual Governadora Cida Borghetti e do hoje Governador eleito Ratinho Junior. Eles puderam trazer as suas visões, pediram a destinação de emendas para o desenvolvimento do Estado e mostraram acima de tudo maturidade. O Deputado Luiz Carlos Haully falava sobre isso na reunião. Os dois líderes entenderam o processo e colocaram o seu nome sob a apreciação da população do Paraná. A nossa Governadora, com grande determinação, colocou o Estado à

disposição para a transição e para que Ratinho Junior continue, através da ação de sua equipe, transformando cada vez mais esse grande Estado chamado Paraná.

Sr. Presidente, como disse o Deputado Wilson Filho, nós estamos deixando o nosso mandato, mas, com muita alegria e satisfação, estamos trazendo para a Casa esse jovem talento da política do Paraná e — por que não dizer? — do Brasil, a Luísa, que, na próxima Legislatura, será a mais jovem Deputada do Brasil. Dos 513 Deputados desta Casa, ela é a mais jovem. Ela vai assumir o mandato aqui na Câmara dos Deputados com 22 anos de idade.

Que ela possa, Deputado Caio Narcio, tal como V.Exa., um jovem Deputado que fez um brilhante trabalho, fazer um trabalho em prol do desenvolvimento e em prol da nossa educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Com a palavra o Deputado Henrique Fontana. Depois falará o Deputado Fabio Garcia.

O tempo de duração da nossa sessão está estourando, mas vou conceder 1 minuto e meio a cada Deputado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Pedro Uczai, quero cumprimentá-lo por sua reeleição.

Quero dizer, de maneira clara, já que cada um tem 1 minuto, da minha posição de absoluta contrariedade a essa aliança do Governo de Michel Temer, que termina desmoralizado, com um governo de extrema direita recém-eleito, o Governo Jair Bolsonaro, que quer fazer passar aqui, no apagar das luzes, num acordo espúrio, uma mudança na estrutura da previdência pública, que tem décadas de construção no País. Isso é um desrespeito absurdo. Não estou dizendo comigo, que tenho a minha posição e vou votar, mas com o povo brasileiro. Se quiser colocar em votação uma proposta de alteração da Previdência — e peço só 1 minuto para concluir, Sr. Presidente —, que coloque em votação uma proposta...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - V.Exa. tem 30 segundos.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - ... com começo, meio e fim que nós possamos debater, à luz do dia, com transparência, e não um acochambramento, um acordão entre um governo que está terminando e uma série de Deputados que não foram reeleitos e que votariam proposta de alteração na Previdência para os próximos 50 anos do País. Isso é uma brincadeira, Sr. Presidente!

Não vão mexer na Previdência até que termine este mandato, com toda a certeza. E aquelas mexidas conservadoras que querem fazer não serão feitas nem no outro mandato.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Fabio Garcia.

O SR. FABIO GARCIA (DEM - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, falo hoje aqui não somente na condição de Deputado Federal pelo Estado de Mato Grosso, mas também como Presidente do Democratas no Estado de Mato Grosso, para agradecer à população mato-grossense pelos votos de confiança que nos deu, pela eleição de Mauro Mendes, o nosso Governador do Estado, do Democratas, pela eleição do nosso Senador Jayme Campos, do Democratas, do qual sou 1º Suplente, pelos mais de 490 mil votos que obtivemos no Estado de Mato Grosso.

Quero expressar, então, o meu profundo agradecimento ao povo mato-grossense e dizer que pode ter absoluta convicção de que trabalharemos muito para colocar nos trilhos esse Estado tão próspero que é Mato Grosso, que será a grande trincheira, o grande celeiro do País, o grande Estado das oportunidades de emprego para todos os mato-grossenses e para todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino, por 1 minuto. Depois falará o Deputado Roberto de Lucena, por 1 minuto. Tenho que encerrar a sessão.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar, para que fosse transcrita nos Anais desta Casa, uma reportagem publicada hoje no *site* Viomundo, que fala sobre a reforma da Previdência implementada no Chile.

Dizia-se que essa reforma reduziria os gastos públicos com a Previdência, mas ela não só causou uma privatização, com muito dinheiro dado para grandes empresas privadas, como também forçou o Governo chileno a desembolsar recursos públicos religiosamente, para garantir o que foi minimamente prometido e não estava sendo cumprido.

Esse é o modelo que o Governo de Jair Bolsonaro está querendo implantar no Brasil, um modelo que faliu no mundo inteiro, nos poucos países em que foi implantado. O modelo do Brasil, de repartição tripartite, é majoritário no mundo inteiro. Agora as empresas chilenas estão defendendo que ele seja implantado lá também.

Portanto, essa reforma está fadada ao fracasso, como foi um fracasso também a do Chile.

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Nada mais havendo a tratar, encerro a sessão, convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para amanhã, quinta-feira, dia 1º de novembro, às 14 horas.

Lembro que haverá Sessão Não Deliberativa Solene amanhã, quinta-feira, dia 1º de novembro, às 9 horas e 5 minutos, em homenagem à Campanha de Conscientização do Mês do Diabetes, o Novembro Azul.

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 1 minuto.)

DISCURSOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO BILAC PINTO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ANTONIO BULHÕES.